



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO

FABIANA SALES RABELO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS
ANOS 1990 E 2010

FORTALEZA

2013

FABIANA SALES RABELO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS
ANOS 1990 E 2010

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Graduação em Ciências Econômicas,
da Universidade Federal do Ceará, com
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa
Lemos

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- R114e Rabelo, Fabiana Sales.
A evolução da balança comercial brasileira entre os anos 1990 a 2010 / Fabiana Sales Rabelo -
2013.
74 f.: il.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.
- 1.Balança comercial 2.Comércio internacional 3.Politica cambial I. Título

FABIANA SALES RABELO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS
ANOS 1990 E 2010

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data de Aprovação: (_____/_____/_____)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Sem o apoio de algumas pessoas, realizar um trabalho de monografia seria muito difícil. Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado saúde todos os dias e por ter me ajudado em cada detalhe desta tão linda tarefa. Agradeço também ao meu esposo, por ter tido paciência e por ter me apoiado todos os dias. Serei eternamente grata aos meus pais por toda dedicação e incentivo em me fazer uma pessoa mais perseverante e por terem me dado o exemplo de coragem e intrepidez. Agradeço também às minhas irmãs que sempre tiveram palavras de ânimo e torceram em todo o tempo para me ver finalizar minha monografia. Tenho grandes amigos que me amam e que se alegram em minhas conquistas, esses, Deus me presenteou e não posso viver sem a cobertura deles.

Por fim, não poderia deixar de mencionar aqueles que diretamente, ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica, em especial, professor José Lemos, que esteve sempre pronto em me ajudar e em me direcionar em toda a pesquisa. Serei sempre grata a todos que me incentivaram na construção deste trabalho.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal fazer uma análise da evolução da balança comercial brasileira entre os anos 1990 e 2010, observando os impactos da abertura comercial e das políticas cambiais adotadas pelo governo na formação dos déficits e superávits no comércio exterior. Para tanto, se faz necessário apresentar alguns fatores determinantes das exportações e importações do país, expondo os efeitos da mudança do modelo de crescimento, que até o final dos anos 1980, o que vigorava era o modelo de desenvolvimento via substituição de importações dando lugar a liberalização comercial, tendo como consequência um maior crescimento das importações em relação às exportações. Pretende-se facilitar o entendimento da dinâmica do comércio exterior brasileiro e assim entender a causa dos choques sofridos pela Balança Comercial Brasileira. Sabe-se que o governo brasileiro tem tomado várias medidas econômicas com o intuito de proteger o país de choques externos e manter a sustentabilidade de uma economia mais aberta e em crescimento. Diante dessas mudanças, serão observados quais setores produtivos da economia se destacaram por seus ganhos e quais sofreram perdas em seus níveis de produção. A realidade do país nos revela que não há apenas vantagens geradas pela abertura econômica, então, objetiva-se mostrar as causas das variações do saldo comercial brasileiro diante de uma maior inserção do país no mercado mundial.

Palavras – chaves: Balança comercial. Comércio internacional. Política Cambial

ABSTRACT

This monograph has as main goal to analysis the evolution of the Brazilian trade balance between the years 1990 and 2010, observing the impacts of the openness trade and exchange rate policies adopted by the government for the formation of deficits and surpluses in foreign trade. For this, it is necessary to show some determinant factors of exports and imports of the country, exposing the effects of the changing in the growth model until the end of the years 1980, which prevailed, was the development model by substituting the imports for the trade liberalization, having as result a higher growth of imports in relation to exports. In order to facilitate the comprehension of the Brazilian foreign trade dynamics and then understand the causes of the shocks suffered by the Brazilian Trade Balance. It is known that the Brazilian government has taken lots of economic measures to protect the country of external shocks e keep the sustainability of a more open and growing economy. With these changes it will be observed here which ones of the productive sectors of the economy stand out for their gain and which ones suffered losses in their production levels. The country's reality shows us that there isn't a just advantage generated by the economic opening, so the goal is to show the causes of the variations of the Brazilian trade surplus in the face of a major insertion of the country in the global trade.

Keywords: Balance of trade. International trade. Exchange policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Teorias do Comércio Internacional.....	10
2.1.1	<i>Liberalismo e Comércio Internacional.....</i>	10
2.1.2	<i>Liberalismo Econômico.....</i>	13
2.1.3	<i>Liberalismo de Adam Smith.....</i>	16
2.1.4	<i>Liberalismo de Ricardo.....</i>	17
2.1.5	<i>Teoria Moderna do Comércio Internacional.....</i>	19
2.1.6	<i>Nova Teoria do Comércio Internacional.....</i>	20
2.1.7	<i>A Crítica Estruturalista e o Modelo de Substituição de Importações.....</i>	21
3	MATERIAL E MÉTODO.....	24
4	ANÁLISE HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990.....	26
4.1	A abertura comercial brasileira.....	30
4.2	Políticas cambiais adotadas a partir de 1990.....	32
4.3	O comportamento da balança comercial na década de 1990.....	33
4.4	As crises no mercado internacional.....	37
5	RESULTADOS.....	39
5.1	Uma análise da balança comercial a partir do Plano Real até o ano 2000.....	39
5.1.1	<i>Câmbio flutuante e aperto monetário.....</i>	45

5.2	Análise da evolução da balança comercial brasileira entre os anos 2001 a 2010.....	51
5.2.1	<i>Fatores perturbadores da economia.....</i>	51
5.2.2	<i>A retomada do superávit comercial brasileiro.....</i>	52
5.2.3	<i>Política de Comércio Exterior e transição econômica.....</i>	56
5.2.4	<i>Efeitos da crise internacional de 2007 no saldo comercial brasileiro.....</i>	60
5.2.5	<i>A superação da crise internacional.....</i>	62
5.2.6	<i>Fatores que beneficiaram o crescimento das exportações na década de 2000.....</i>	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a economia brasileira sofreu grandes mudanças nos contextos macroeconômicos e institucionais. A abertura comercial, a integração financeira e a estabilização de preços constituíram eventos importantes dessas transformações. As transações comerciais e financeiras entre os países têm sido fortemente estimuladas pela dinâmica do comércio internacional, como consequência, uma maior interdependência das economias do mundo.

Acredita-se que o comércio exterior é o meio para se alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação. As teorias do comércio internacional surgiram da necessidade de explicação das trocas internacionais, tendo como principais autores Adam Smith e David Ricardo.

O comércio entre diferentes países se tornou peça chave para a busca do equilíbrio econômico brasileiro. Esta monografia pretende analisar o desempenho da balança comercial brasileira, averiguando os impactos dos instrumentos empregados pelo governo em seus saldos, examinando as variações cambiais ocorridas a partir do ano de 1990 a 2010.

Gradativamente, o desenvolvimento da economia, amparado no modelo de substituição de importações, foi dando lugar ao pensamento liberal. A abertura comercial, no Brasil, começou no final dos anos 1980.

A década de 90 foi marcada por políticas de estabilização econômica que geraram mudanças na política cambial. A economia brasileira passou por três mudanças de regimes cambiais, mudou de padrão monetário com o Plano Real e sofreu um ritmo imprevisível de crescimento. Entre janeiro de 1993 e março de 1995, o governo manteve um sistema de taxas múltiplas flutuantes, administradas pelo Banco Central, em meio a altas taxas de inflação. Em 1995, o Banco Central introduziu um regime de bandas cambiais, que vigorou até janeiro de 1999, quando foi substituído pelo regime de flutuação. É oportuno salientar que, tanto as exportações como as importações de um país são fatalmente influenciadas pelas mudanças nos regimes cambiais, podendo estas, responder inversamente.

Sendo dividida em seis Seções, na primeira, a introdução, onde é exposto o tema e o objetivo do trabalho, na segunda Seção será feita uma apresentação das Teorias do Comércio Internacional. Em seguida, a terceira, onde serão informadas as fontes de dados e metodologia usada para a realização do trabalho. Na quarta Seção será feita uma análise histórica da economia brasileira na década de 1990. Na quinta Seção serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa, sendo dividida em duas Seções secundárias, onde a primeira será feita uma análise da balança comercial brasileira a partir do Plano real até o ano 2000. A segunda será feita uma análise da evolução da balança comercial brasileira nos anos de 2001 a 2010, verificando os benefícios das políticas de comércio exterior nas exportações do país. Por fim, na sexta Seção serão feitas as considerações finais a partir dos dados obtidos em toda a pesquisa.

Logo esta monografia tem por objetivo analisar o desempenho comercial brasileiro, diante de uma maior inserção do Brasil no mercado mundial, investigando os fatores que levaram a formação dos déficits e superávits da balança comercial entre os anos de 1990 e 2010.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teorias do Comércio Internacional

As teorias do comércio e do crescimento confundem-se com a própria origem do pensamento econômico e das Ciências Econômicas. Adam Smith e David Ricardo, entre outros, ressaltaram a importância do comércio internacional para a *riqueza das nações*. Entenderam que o comércio internacional seria o caminho, ou seja, o impulsionador para a geração de maior riqueza e para o aumento do bem-estar dos países. Apesar de sua origem comum no pensamento econômico, as teorias do comércio e do crescimento passaram a ser objeto dos desenvolvimentos científicos próprios de suas respectivas agendas. Embora valendo-se de formalizações e contendo hipóteses e metodologias comuns, as teorias do comércio e do crescimento são hoje ensinadas separadamente.

As proposições teóricas do comércio evoluíram com a aplicação dos conceitos de Física de equilíbrio geral essencialmente estático, ao passo que as teorias de crescimento procuram entender os fatores dinâmicos que determinam a evolução da atividade econômica; em geral, em ambiente desprovido de relações comerciais internacionais. Nesta Seção, serão expostas as teorias clássicas e modernas do comércio internacional, tendo em vista o entendimento a cerca de suas vantagens para um determinado país.

2.1.1 Liberalismo e Comércio Internacional

A troca de mercadorias entre os homens é uma atividade que ocorre desde os primórdios da civilização. Os antigos mercadores das companhias de comércio somente ampliaram o fenômeno do comércio global, desenvolvendo um ambiente favorável ao desenvolvimento conjunto dos diferentes países, cada qual segundo sua vocação principal. A Atividade mercantil apresentou um natural desenvolvimento com o passar dos tempos, deixando de ser uma ação meramente artesanal, na qual as pessoas buscavam complementar suas necessidades com base na troca de mercadorias por outras. A relação de trocas se tornou

uma atividade economicamente constituída sendo importante para a satisfação das necessidades de uma sociedade e para o desenvolvimento de todo o país.

Segundo Vazquez (2007), a intensificação das trocas comerciais entre países trouxe diversos benefícios sociais e econômicos, dentre os quais se podem relacionar:

- a) ampliação dos mercados consumidores, possibilitando aos produtores ganhos de escala e aumentos de produtividade em suas atividades, tanto agrícolas quanto extrativistas, ou mesmo industriais;
- b) acesso a maior diversidade de fornecedores de insumos e matérias-primas, possibilitando melhores condições de comercialização, novas possibilidades de atividades econômicas e maior confiabilidade na relação com fornecedores;
- c) acesso a uma maior diversidade de mercadorias pelas pessoas, que passam a adquirir tanto produtos locais quanto importados;
- d) acesso a novas tecnologias e a diferentes padrões de produção, que passam a incorporar as técnicas produtivas locais com o passar do tempo, ou através de transferência tecnológica, ou aproveitamento de mão de obra especializada local, ou mesmo com o desenvolvimento de fornecedores locais;
- e) ampliação do fluxo monetário entre países, gerando crescimento e desenvolvimento recíproco. O fluxo monetário se dá com a troca de mercadorias, com as remessas de capital e de lucros, com os investimentos produtivos internacionais, ou mesmo com os financiamentos concedidos por fontes internacionais;
- f) criação de novas alternativas de produção, concentrando atividades em determinados lugares, de modo que o processo completo se dê com base no trabalho em diferentes países;
- g) desenvolvimento de oportunidades de negócios vinculadas às peculiaridades de alguns países;

h) ampliação do contato entre povos de diferentes etnias e culturas, desenvolvendo oportunidades e potenciais de negócios vinculados à diversidade cultural.

Por outro lado, existem aqueles que acreditam que o excesso de desenvolvimento do comércio internacional pode gerar um alto nível de interdependência entre os países, afetando até mesmo a soberania deles. Entendendo essa soberania no sentido do país possuir a capacidade de prover e garantir o bem-estar de sua população, através do crescimento de seu padrão de vida e oferta de oportunidades aos cidadãos, o comércio exterior pode ser visto como um elemento que traz benefícios ao desenvolvimento de um país, a partir do momento em que gera crescimento econômico, diversidade de produtos e de oportunidades; entretanto, passa a ser visto como um malefício a partir do momento em que os países possam ver deteriorados alguns elementos de seu parque industrial em decorrência de seu declínio competitivo internacional, tornando-se dependentes com exclusividade da importação de um ou mais produtos.

Isto quer dizer que os mercados, tanto nacionais como globais, precisam estar bem firmes através de um conjunto de instituições sociais não mercantis e de mecanismos de regulação, para que experimentem resultados satisfatórios. É desse modo que se justificariam as medidas de restrição comercial impostas por alguns países em relação a outros, visando garantir o equilíbrio das trocas monetárias entre os mesmos. Isso contradiz as teorias de livre comércio dos liberais, em que os mercados devem estar liberados das intervenções de outras instituições sociais ou governamentais, e em que as trocas comerciais podem funcionar como um mecanismo efetivo de coordenação econômica em si e de si mesmas.

Segundo Vazquez (2007), alguns fatores contrários ao desenvolvimento e ampliação das relações comerciais entre países podem ser elencados conforme segue:

- a) A concorrência internacional pode gerar desenvolvimento assimétrico entre os diferentes países, principalmente nos campos tecnológicos e econômicos;
- b) A busca por produtos e serviços competitivos pode levar um país a se concentrar em algumas atividades em que apresente diferencial em termos de produtividade ou mesmo tecnologia de produto e processo; isto determina a divisão internacional do trabalho, que acaba favorecendo países desenvolvidos em

detrimento de países em desenvolvimento, aos quais é destinada a vocação agrícola, caracterizada por produtos de menor valor agregado;

c) O desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos cria uma relação de interdependência global, adequada para tempos de paz, mas altamente fragilizante em tempos de crises entre países.

Segundo Smith (2001), o comércio que, sem violência ou coação, é efetuado com naturalidade e regularidade entre dois lugares, sempre traz vantagem para os dois lados, ainda que essa vantagem não seja sempre igual para ambos.

Desse modo, em função da importância que assumiu o comércio internacional no crescimento e no desenvolvimento dos países, alguns autores passaram a defender sua intensificação, garantidos por condições mais favoráveis aos comerciantes, sem a interferência do Estado.

2.1.2 Liberalismo Econômico

Segundo Souza (2009), o pensamento econômico liberal surgiu em meados do século XVIII a partir da crítica a dois aspectos que limitavam a liberdade de comércio. O primeiro seria a existência de monopólios, que implicavam a criação de obstáculos ao livre comércio e, o segundo, a prática do protecionismo nas relações internacionais de comércio

Segundo Vazquez (2007), o conceito de liberalismo tem se expressado através da liberdade oferecida ao comerciante de escolher qual sua atividade econômica e executá-la com quem quer que seja. Na realidade, este conceito surgiu do desconforto da intervenção do Estado na atividade econômica, característica bem marcante do período mercantilista, em que ele que orientavam quais eram as atividades de interesse do país, quem seria autorizado a explorá-la e por quanto tempo. Assim, o intervencionismo estatal nada mais é que sua interferência na livre iniciativa da população em adquirir, por exemplo, produtos que lhe ofereçam maiores benefícios.

O liberalismo econômico pode ser compreendido com base na ausência do intervencionismo estatal na atividade econômica de um país. Tem-se dessa forma, um comércio totalmente livre, sem tabelamento de preços ou barreiras alfandegárias, em que são encontradas empresas atuando segundo o regime da livre concorrência em nível global, em que os preços se formam em função de características do próprio mercado, como uma relação entre oferta de produtos, demanda de consumidores e eficiência das empresas inseridas neste mercado.

O grande elemento do liberalismo está na iniciativa individual, em que cada indivíduo em uma sociedade pode buscar desenvolver a atividade econômica que mais desejar, conseguindo com isso os meios para seu sustento. Isso leva as pessoas a buscar fazer aquilo que têm maior capacidade, proporcionando com isto resultados mais adequados à própria sociedade como um todo. Levando em consideração apenas no âmbito nacional, encontramos outra característica do liberalismo, que é a divisão internacional do trabalho, em que os países são levados a produzir apenas aquilo que for economicamente mais conveniente, trocando seus excedentes através do comércio internacional. Isto reflete em maior produtividade e custos globais mais baixos, proporcionando assim, um bem-estar superior. Atingir esse bem-estar mais elevado só é possível se o país conseguir identificar sua real vocação econômica, baseada em seus fatores de produção, seus agentes econômicos e na maneira com que estes transformam tais fatores de produção em produtos e serviços em favor do bem-estar da população. E isso, se dá desde que seja respeitada outra característica determinante do liberalismo, que é a desregulamentação da atividade econômica pelo Estado.

O papel do Estado se restringiria apenas a atividades inerentes à garantia da soberania do país e a interesses coletivos da população, como a justiça, educação, saúde e defesa nacional. Em relação à sua participação na economia do país, ela deve limitar-se a empreendimentos em que não se observa o interesse da iniciativa privada, caracterizando uma participação complementar.

Dessa forma, o liberalismo só poderá existir nas democracias em que a liberdade individual, é plenamente preservada, e em que o Estado atua somente em questões que lhe são afins. Essa doutrina ainda é conhecida como *laissez-faire* (deixar fazer). Maia apud Vazquez (2007).

Definimos *laissez-faire*, a partir dos apontamentos de Adam Smith, como uma doutrina política voltada para a atividade econômica que defende a total liberdade de atuação dos diversos agentes econômicos, livres para a escolha de suas atividades, de modo que

somente a completa liberdade pode ser capaz de regular a iniciativa privada, garantindo o equilíbrio das atividades na sociedade e o adequado nível de suprimento dos diversos produtos e serviços necessários ao bem-estar da população.

O comércio internacional deriva das diferenças existentes entre os diversos países, que buscam complementar suas necessidades internas com produtos e serviços de outras regiões do planeta onde ocorrem em abundância.

Os dois principais autores do liberalismo econômico foram Adam Smith e David Ricardo. Ambos compartilharam a idéia do livre comércio e de atuação do governo voltada para os interesses básicos do Estado, como é o caso da saúde, educação e ordem pública. O trabalho econômico de Adam Smith percorre os diversos agregados econômicos, formulando uma teoria que abrange desde o uso de fatores de produção até a atividade dos agentes econômicos, passando pelo papel do Estado, como agente promotor de ordem e bem-estar social. Sobre o comércio entre países, ambos são favoráveis à completa liberdade de comércio entre eles, de modo a garantir que cada país, através de seus empresários, busque produzir somente aquilo que tem maior vantagem em termos de produtividade, custo e competência, buscando no mercado internacional aqueles itens para os quais não apresenta uma pronunciada vantagem.

Segundo Smith (2001), quando o mercado dos produtos produzidos domesticamente é ampliado pelo comércio internacional, a divisão do trabalho é aprofundada e contribui para aumentar a riqueza das nações. Para obter ganhos com o comércio, os países devem se especializar de acordo com suas vantagens absolutas, ou seja, medindo seus custos de produtividade de acordo com o menor número de horas de trabalho que é necessário. Sendo assim, os países devem se especializar, produzindo aquilo que é mais vantajoso.

.Segundo Vazquez (2007), Ricardo apresenta sua teoria da vantagem comparativa, que parte do pressuposto do equilíbrio das relações internacionais entre os países como garantia da manutenção dos fluxos monetários entre eles. Um país não poderia ser sempre o comprador de produtos e outro sempre o vendedor, pois isso faria com que o primeiro, em algum momento, deixasse de participar das relações comerciais por falta de recursos financeiros, em seguida bloqueando o fluxo monetário e de produtos e mais adiante eliminando as vantagens para cada uma das sociedades que o comércio internacional é capaz de promover. Dessa forma, cada país deverá analisar sua balança comercial com o intuito de

mantê-la equilibrada, buscando a produção de produtos nos quais tenha maior vantagem absoluta ou menor desvantagem comparativa.

A teoria de Ricardo atende especialmente a países em desenvolvimento, onde até mesmo a produtividade do campo muitas vezes é menor do que a de países desenvolvidos. Países que não apresentam vantagens absolutas passam, então, a se concentrar na produção de bens em que a desvantagem produtiva seja menor. Isso garante a preservação das relações internacionais de troca, sem necessariamente depender dos fluxos monetários entre países, decorrentes de investimentos produtivos, financeiros ou mesmo da remessa de recursos.

2.1.3 Liberalismo de Adam Smith

Diferentemente dos mercantilistas, que destacavam a circulação de mercadorias como base do crescimento econômico, ou mesmo dos fisiocratas, que atribuíam à terra a origem de toda riqueza disponível a uma sociedade, segundo Vazquez (2007), Smith toma como objetivo principal de sua teoria econômica a produção, de modo que a base do crescimento econômico de uma sociedade se alicerça no próprio trabalho do homem. Ele acreditava que a natureza é a melhor guia do homem. Deus, “a Providência”, dispôs as coisas de tal forma que, se os homens e mulheres forem deixados livres para buscar seus próprios interesses, eles vão naturalmente agir favorecendo o melhor para a sociedade. Mesmo não tendo intenções, as pessoas se ajudam buscando ajudar a si mesmas. Esse é o trabalho da “mão- invisível” da Providência.

O conceito de “mão- invisível” é a base da filosofia de equilíbrio de mercado em livre concorrência definido pela moderna economia como um pressuposto regulatório da atividade microeconômica de um determinado setor de um país. Assim, Smith concluiu ser desnecessária a interferência do governo na produção e no comércio.

Quanto à noção de valor, surgiu com as trocas de mercadorias. O termo valor apresenta dois significados, o de produtividade e o poder de compra, sendo o primeiro o valor de uso e o segundo, o valor de troca. Para Smith, o trabalho seria a medida do valor de todas as mercadorias, assumindo, assim, grande importância diante das relações comerciais que envolvem países com economias e culturas distintas. Adam Smith acreditava que a elevação da produtividade só podia ser obtida mediante a divisão do trabalho e que o valor da mercadoria era expressão da quantidade de trabalho investido, e que o salário dos operários

correspondia apenas a uma parte do produto do seu trabalho, determinado, essencialmente, pelo valor de seus meios de subsistência. O lucro e a renda não passam de uma dedução do produto criado pelo trabalho. Assinala, porém, que a determinação do valor pelo trabalho era mais aplicável ao estágio primitivo da sociedade, isto é, à economia mercantil simples dos pequenos produtores.

Segundo Souza (2009), para Smith, a riqueza seria constituída, não pelo estoque de metais preciosos, como pensavam os mercantilistas, mas pelo valor de troca de todo o manancial de mercadorias produzidas e colocadas à disposição da sociedade.

Uma nação teria tanto mais condição de aumentar sua riqueza quanto maior fosse sua quantidade de trabalho disponível e quanto maior fosse a divisão do trabalho, ao possibilitar maior especialização, aumentaria sua produtividade. Smith (1983, Cap. 1) Apud SOUZA (2009).

2.1.4 Liberalismo de Ricardo.

Segundo Vazquez (2007), a teoria liberalista publicada por David Ricardo foi um desenvolvimento dos conceitos elaborados por Adam Smith. Com uma visão mais crítica das relações internacionais e do equilíbrio necessário para o desenvolvimento do comércio internacional, Ricardo formula uma teoria na qual é dada igual importância a vocação do país e à garantia de continuidade das relações comerciais entre os países.

Em relação à intervenção do Estado na atividade econômica, a grande questão colocada por Ricardo estava em determinar se o poder do Estado deveria ser usado para manter altas rendas para arrendatários e donos de Terra, ou se os direitos de importação deveriam ser reduzidos com o propósito de proteger as rendas dos manufatureiros e comerciantes. Isto é, como se daria a divisão dos dividendos entre trabalhadores, donos de terra e capitalistas.

Segundo Souza (2009), da mesma forma que Smith, sua defesa intransigente do livre comércio parte de uma crítica ao protecionismo: Os prêmios à exportação ou à importação e os novos impostos sobre os produtos, atuando, muitas vezes direta e outras vezes indiretamente, perturbam o desenvolvimento natural das trocas.

Ricardo se caracterizava pela defesa do liberalismo como única alternativa para evitar que somente as classes privilegiadas da sociedade se beneficiassem da providência benigna. Para ele, a “mão- invisível” definida por Smith não funcionava adequadamente em uma sociedade dividida, onde existiam os mais protegidos pela política, por exemplo. Buscando o bem- estar coletivo, o autor trabalha as questões protecionistas como contrárias aos interesses coletivos, garantindo não o desenvolvimento econômico geral do país, mas somente a manutenção de um status quo favorável a uma ou outra classe dominante.

Em meados de 1815, quando a Inglaterra estava se recuperando de uma forte crise, na qual a importação estava proibida, foram abertos os caminhos comerciais internacionais, com o objetivo de ampliar o fornecimento agrícola do país. Pensando em evitar que a livre concorrência acabasse com a agricultura nacional, criou-se a Lei dos cereais, por meio da qual se tornava proibida a importação de grãos se esses chegassem a um determinado limite de valor. E, foi nesse cenário que Ricardo passou a defender o livre comércio internacional e os lucros dos capitalistas, já que os considerava a única fonte de acumulação de capital.

Segundo Vazquez (2007), a oposição de Davi Ricardo à Lei dos Cereais direciona o foco para a vinculação do preço dos cereais à repartição da renda, o crescimento da população, o aumento da renda diferencial do solo, as vantagens recíprocas do comércio internacional e o nível de salários de subsistência.

É possível dizer que a Revolução Industrial e Agrícola eliminou as classes pré-capitalistas: o camponês e o artesão independente cederam lugar ao proprietário capitalista de terras, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Também a nobreza feudal desaparece cedendo lugar para a aristocracia do dinheiro, onde sua fome por lucros é bem apresentada.

Como consequência da revolução Industrial, a importância dada a Ricardo a mecanização está ligada a possibilidade de aumento na produção e considerável redução dos custos dessa produção, o que elevou o ciclo econômico. Então, houve aumento do fluxo de mercadorias ocasionando mais empregos e maior demanda. A maquinaria representa fator de suma importância no comércio internacional, determinando aspectos fundamentais no que diz respeito à competitividade.

Para Ricardo, a industrialização pode ser caracterizada por dois aspectos principais e contraditórios. Tem-se o aspecto negativo que a industrialização reduz o número

de empregados nas fábricas e o positivo que diz que a industrialização é decisiva na competitividade das empresas, possibilitando a oferta de produtos mais baratos ao mercado.

Outro elemento de grande influência no trabalho de Ricardo foram as grandes mudanças no cenário político-administrativo em decorrência da Revolução Francesa, que começou por derrubar o absolutismo monárquico e, logo mais eliminou a própria monarquia, acabando com os privilégios da nobreza e do clero, abolindo a servidão e dividindo a terra entre os camponeses. A principal consequência da Revolução Francesa foi a transformação do liberalismo, de mera doutrina político-filosófica numa força política real.

2.1.5 Teoria Moderna do Comércio Internacional

Segundo Gremaud (2009, p.534-535), a hipótese do modelo clássico de que há apenas um fator de produção operando com base em coeficientes técnicos fixos mostrou-se fraca e não aceita para muitos teóricos que procuraram reunir mais do que apenas um fator de produção em cada país. Alguns destes passaram a colocar também o capital na função de produção dos países. Diante da clássica teoria do comércio internacional, começa a ser constituída a chamada moderna teoria do comércio internacional, que transformou a explicação referente à origem das vantagens comparativas.

Segundo Gremaud (2009), o conceito básico por trás da moderna teoria do comércio internacional é a de que os países diferem quanto à dotação relativa de fatores de produção que agora passam a ser tanto a mão-de-obra (trabalho) quanto o capital. O modelo moderno básico é o chamado modelo de Heckscher-Ohlin, dadas as contribuições desses dois economistas; todavia, a teoria também foi desenvolvida por Paul A. Samuelson.

A moderna teoria coloca que as vantagens do comércio continuam existindo, ou seja, há um ganho real de renda quando o país passa da autarquia para uma situação de comércio internacional, destacando-se novamente as vantagens do livre comércio. Os países, segundo o modelo Heckscher-Ohlin, comumente tendem a exportar produtos que utilizam intensamente o fator de produção que se encontra relativamente abundante no país e importam a mercadoria que utiliza intensivamente o fator de produção menos abundante no país. Assim, um país com uma oferta considerável de mão-de-obra em relação ao capital produzirá preferencialmente bens que utilizam em sua produção relativamente mais mão-de-obra e

também deverá exportar esse bem. Do mesmo modo um país com uma oferta abundante de capital considerará relativamente mais barato produzir bens cuja produção necessite mais intensamente o fator capital e, portanto, terá vantagem em exportá-lo, importando bens que necessitem de muita mão-de-obra em sua produção.

Desse modo, ambas as teorias continuam justificando a liberalização do comércio mundial, pois a troca internacional eleva o produto das economias por meio da especialização da produção nos setores mais vantajosos em termos tecnológicos (teoria clássica) ou de dotação de fator (modelo Heckscher-Ohlin).

A diferença entre as duas teorias (clássica e moderna) é que, enquanto a teoria moderna implica uma mesma função de produção para os países envolvidos no comércio internacional, de modo que a estrutura tecnológica é a mesma para todos os países, a hipótese clássica é oposta: as tecnologias diferenciadas são cruciais para explicar as diferenças de custo e o padrão de comércio. Por outro lado, o que varia no modelo moderno é a dotação de fatores; há os chamados países ricos (abundantes em capital), que exportam bens de capital intensivo, e os países pobres (com uma relação capital-trabalho baixa), que exportam bens de mão-de-obra intensivos.

Também essa teoria moderna recebeu críticas em função de seu caráter estático e de algumas de suas premissas consideradas por demais restritivas. Além de tais críticas teóricas, alguns testes empíricos chegam a resultados considerados contraditórios em relação a essa teoria.

2.1.6 Nova Teoria do Comércio Internacional

Segundo Gremaud (2009, p.536-537), com base nas críticas e nos problemas empíricos relativos ao modelo Heckscher-Ohlin, surgiu uma série de novas explicações para o comércio internacional. Entretanto os novos modelos não têm a mesma consistência teórica dos modelos clássicos e modernos, e ainda devem ser mais bem testados. De modo geral, o livre comércio continua mostrando-se estaticamente a melhor situação, porém percebem-se nessas teorias certa recuperação de idéias protecionistas, em função da introdução de

problemas relacionados à incerteza, economias de escala e estruturas de mercado não concorrenciais.

Podem-se destacar dois autores que procuram explicações complementares ao modelo Heckscher-Ohlin: Paul Krugman e Staffan Linder. De modo geral, o que consta é que, além do comércio preconizado pela teoria de Heckscher-Ohlin (basicamente o chamado comércio entre países ricos e pobres), verifica-se também um comércio intenso entre países com igual dotação de recursos e a crescente troca de produtos razoavelmente parecidos, ou seja, o comércio intra-industrial. As explicações relativas a esse comércio podem vir de duas hipóteses.

Por um lado, pode-se conferir a tal padrão de comércio à existência das chamadas economias de escala. Os rendimentos de escala são mais uma fonte de ganhos para o comércio. Por outro lado, existem teorias que procuram enfatizar o lado da demanda a fim de explicar esse novo padrão de comércio (intra-industrial). Basicamente, quanto mais parecida a demanda dos países, mais fácil e maior é o comércio entre esses países, pois tenderão a produzir bens que facilmente atendam à demanda de potenciais importadores. Segundo tais teorias, as mercadorias a serem exportadas são preferencialmente aquelas já produzidas para atender ao próprio mercado doméstico, evitando-se produzir preferencialmente para exportação produtos pouco consumido internamente, isso em função do risco associado a esse mercado que é menos conhecido e controlável. Assim, a produção atende primeiro ao mercado doméstico e depois se destina à exportação, devendo, portanto, atingir países com estrutura de demanda relativamente parecida, sendo a concorrência entre os países exercida com base em um processo de diferenciação do produto.

2.1.7 A Crítica Estruturalista e o Modelo de Substituição de Importações

Segundo Gremaud (2009), ainda que a moderna teoria econômica desse bastante ênfase aos benefícios do comércio internacional, a economia brasileira era muito fechada até meados do início da década de 1990. Isso resultado do protecionismo que fora introduzido no Brasil via substituição de importações. O Brasil era um exemplo de economia agro-exportadora, onde a produção de bens agrícolas abastecia o mercado mundial e as

importações eram mais direcionadas a bens industrializados. Com a crise mundial, gerada pela Grande Depressão, ocorreu a falência desse modelo. Visto que, para o país crescer e se desenvolver, era necessário promover uma mudança profunda na economia. Para promover a indústria nacional, o governo brasileiro ergueu barreiras protecionistas.

Essa escolha do Brasil pelo protecionismo foi influenciada por idéias não alicerçadas ao pensamento econômico liberal clássico. No final da década de 1940, começou a se formar, na América Latina, uma escola de pensamento que rejeitou a visão liberal de comércio e desenvolveu uma idéia muito interessante sobre esse tema. Esses pensadores ficaram conhecidos como estruturalistas e tinham como seu maior representante, o economista argentino Raúl Prebisch.

Em seus estudos sobre o comércio internacional, Raúl Prebisch teve a percepção de que estava havendo uma “deterioração dos termos de troca” contra a América Latina. Isto se explicava da seguinte forma: os produtos exportados pela América Latina (bens primários) estavam se tornando mais baratos em relação às importações (produtos industrializados). A partir dessa comprovação, os estruturalistas deduziram que o livre comércio não estava beneficiando a América Latina.

Historicamente, o subcontinente latino-americano especializou-se na produção de bens agrícolas. No entanto, essa especialização não trouxe vantagens, muito pelo contrário, era a principal causa de subdesenvolvimento na região. Este pensamento estruturalista teve uma influência na direção das políticas de desenvolvimento latino-americanas após a Segunda Guerra.

Os estruturalistas entendiam que desenvolvimento latino-americano passava, essencialmente, pela industrialização e que esse processo deveria ser feito via substituição de importações.

As principais características do modelo de industrialização brasileira pós- Guerras foram: a participação direta do Estado no suprimento da infra-estrutura econômica (energia e transportes) em alguns setores prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não-tarifárias; e o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos.

Segundo Giambiagi (2005), o modelo de substituição de importações (MSI), tal como defendido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na qual foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e assessorar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo; foi a forma de os países retardatários promoverem a sua industrialização. A Cepal questionava a teoria econômica convencional em diversos pontos, sobretudo, quanto à capacidade de o livre comércio promover seja a eficiência na alocação de recursos (no nível interno e externo), seja o desenvolvimento “natural” das economias.

Dessa forma, o MSI defendia três responsabilidades fundamentais para o Estado: o de indutor da industrialização através de concessão de crédito e do uso intensivo de instrumentos cambiais, restrições quantitativas e tarifárias; o de empreendedor, a fim de eliminar os principais pontos de “estrangulamento da economia”; e o de gerenciador dos escassos recursos cambiais, a fim de evitar a sobreposição de picos de demanda por divisas e crises cambiais recorrentes.

No caso brasileiro, a partir de 1968, foram incorporadas ao MSI, algumas ferramentas de apoio às exportações, o que permitiu ao país alcançar altas taxas de crescimento. Entretanto, o modelo de industrialização adotado deixou algumas seqüelas para a economia, entre elas: uma estrutura de incentivos alterada em certos setores (por exemplo, em alguns segmentos de bens de capital, em que não se atingiu escala e que praticamente não houve transferência de tecnologia), certo viés anti-exportador (exceto nos segmentos em que as atividades exportadoras foram incentivadas); e o endividamento do Estado. Contudo, mesmo com tantas ineficiências, há certo consenso de que, no início dos anos 1980, a estrutura industrial brasileira já estava completa e integrada.

3 MATERIAL E MÉTODO

Na construção do trabalho de pesquisa será dada uma abordagem quantitativa, com o intuito de garantir a precisão dos resultados, evitando assim, distorções de análise e interpretação, tendo em vista que o objetivo maior é analisar a evolução da balança comercial brasileira entre os anos de 1990 a 2010, baseada em dados do Banco Central do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior. Conjuntamente, existe a necessidade de apresentar os fatores que influenciam nas exportações e importações brasileiras. Assim, é indispensável uma análise qualitativa, pois destacará características não observáveis explicitamente pelo estudo quantitativo.

No que se refere aos métodos de pesquisa, com foco principalmente nos objetivos relacionados a este estudo, caracteriza-se como descritivo e explicativo. A coleta de dados é de fundamental importância para a explicação da maioria dos objetivos do estudo, a pesquisa descritiva ajudará na comparação e registros dos dados e a análise explicativa irá melhor explicar esses dados, pois a maioria é extraída de relatórios técnicos.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, serão bibliográficos e documentais. O primeiro colabora para uma melhor compreensão das teorias e da contextualização da economia brasileira com base na pesquisa e apreciação dos autores, sendo constituídos basicamente de livros, artigos em internet e relatórios anuais governamentais. O segundo auxilia na coleta de dados que comumente encontra-se em documentos emitidos por órgãos governamentais.

Foi utilizada a construção de tabelas e gráficos com séries temporais baseados em dados documentados por órgãos governamentais provenientes de relatórios técnicos.

Primeiramente, buscando fundamentar a pesquisa, foi desenvolvido na segunda Seção o referencial teórico, onde foi apresentado um estudo das Teorias do Comércio Internacional, tendo como principal fonte Gremaud (2009), Giambiagi (2005), Souza (2009), Smith (2001) e Vazquez (2007). Na quarta Seção será feito uma análise histórica da economia brasileira na década de 1990, tendo como principais fontes bibliográficas Giambiagi (2005) e Gremaud (2009). A análise dos resultados obtidos da pesquisa, na quinta Seção, terá participação das observações de Giambiagi (2005), Souza (2008), Gremaud (2009), Baumann

(1996), relatórios e boletins anuais do Banco central, relatório da Associação de Comércio Exterior do Brasil (2012) e artigos publicados em internet. As considerações finais foram obtidas mediante resultados oriundos da pesquisa.

4 ANÁLISE HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990

Novas nações surgem conquistando espaço na comunidade internacional na última década do milênio. O neoliberalismo passou a ser a nova ordem que regeria o cenário econômico e o livre comércio seria o caminho preconizado, por essa nova concepção de pensamento, para se chegar ao progresso. A economia internacional tem testemunhado a uma importante transformação no grau de desenvolvimento e de articulação entre os mais distintos países. As nações conhecidas como emergentes alargaram sua participação na economia mundial, não somente em termos absolutos, como percentual do PIB e do comércio internacional. A Organização Mundial de Comércio (OMC) foi criada em 1995 em virtude do novo ordenamento das relações comerciais e também devido a intensificação dos fluxos de comércio entre as nações. Uma onda de tratados entre nações estabeleceram vários blocos regionais econômicos e zonas de comércio livre na década de 90 por conta das mudanças na estrutura econômica mundial. Crises financeiras e econômicas continuaram a ocorrer na nova década. A chamada “Crise do México” explodiu em 1994 e os Tigres Asiáticos em 1996 experimentam uma crise severa. As economias internacionais precisariam ser reajustadas e aquelas que buscaram apoio do FMI tiveram que adotar um novo conjunto de medidas sugeridas pela organização financeira. O “Consenso de Washington” determinava: Liberdade de circulação e isenção fiscal do capital financeiro a nível mundial; Estado mínimo e desregulamentação da economia; e o presidente americano Ronald Reagan e a primeira ministra Margaret Thatcher apoiaram o novo programa. O Euro, a moeda única da Europa, foi criada em 1 de janeiro de 1999 somente como moeda contábil, inicialmente.

A globalização foi o verbete a ser usado no novo contexto econômico mundial que tem como característica o crescimento das relações comerciais, econômicas e políticas. Globalização e regionalismo, duas palavras que definirão a nova maneira de fazer comércio beneficiarão o relacionamento comercial brasileiro. Em 15 de março de 1990, Fernando Collor assumiu a presidência do Brasil e, entre outras medidas, define a reorganização das vantagens oferecidas para as empresas exportadoras; redução das tarifas para produtos importados; adota a flexibilidade do sistema de câmbio, e acaba com a lista com mercadorias proibidas para importação.

A indústria do automóvel foi atingida pela abertura da economia e foi encerrada a reserva de mercado para o seguimento de informática. Essas ações voltadas para a ampla abertura comercial proporcionaram aumento da oferta de bens de capital, de outras mercadorias e de matérias-primas, incentivando a competitividade do produto nacional similar e abastecendo o mercado interno. A política industrial proporcionou o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e também o Programa Brasileiro de Qualidade de Produtividade (PBQP) e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica na Indústria. Todos voltados para alavancar a competitividade do país através de seus produtos e para fornecer condições financeiras para tal, o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) foi instituído em janeiro de 1991. O comércio externo passou por transformações e a Comissão de Política Aduaneira (CPA) e, ainda a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) têm suas atividades terminadas e o Departamento de Comércio Exterior (DECEX) foi criado.

Esse novo órgão seria para coordenar uma vasta pesquisa para identificar os obstáculos que atrapalhariam a exportação nacional. A ferramenta de “drawback verde-amarelo”, que diminui os tributos que recaem sobre os fatores de produção nacionais usados nas mercadorias para exportação foi aprovada no Congresso. Em 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, estabelecem o Tratado de Assunção que tem como objetivo a construção de um mercado comum do sul, o MERCOSUL.

Em 1992, com o impedimento de Collor assume em seu lugar Itamar Franco que deu continuidade a política para o comércio internacional instituída por seu antecessor. Mesmo com o processo de impedimento de um presidente, aconteceram transformações na economia da nação mostrando uma abertura mais liberal e assim com esse pano de fundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) foi instituída, em 1992. Ela está inserida no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) que ainda abrange o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), e também o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) foi instituído em janeiro de 1993 para tornar mais eficientes os trâmites burocráticos relacionados ao comércio internacional do Brasil. Assim, o rastreamento e controle dos processos são realizados através de sistema informatizado transformando também o modo de fazer registros. O Plano Real foi instituído pelo governo de Itamar Franco em 1994 e introduz uma nova moeda, o Real, e a estabilidade da economia é sua maior meta. A medida influenciou positivamente para a volta

da confiança no Brasil perante o cenário mundial. O capital internacional chega ao país em virtude da estabilidade da nova moeda. Colado ao dólar, o real já valorizado, nesta época estava com o valor maior que a moeda americana. Essa sobrevalorização auxiliou na queda da inflação, que há muito tempo estava altíssima. De 45% ao mês em meados de 94, a inflação despencou para 1 a 2% ao mês no encerramento do ano. As mercadorias importadas estavam com seus valores muito baixos em virtude do real valorizado obrigando as empresas nacionais a baixarem seus valores para tentar fazer frente aos preços internacionais.

O poder de compra dos brasileiros e também a capacidade das empresas de importação cresceram com essa nova postura da indústria nacional, além de acelerar o processo de modernização das próprias companhias elevando seu processo produtivo, sua eficiência e competitividade. Contudo, muitas quebraram durante o processo devido a perda de mercados. O tímido aumento das exportações e o aumento das importações provocaram o desequilíbrio da balança comercial. Em março de 1995, o câmbio passa por mudanças quando o governo institui uma política cuidadosa de flexibilidade abandonando a vinculação da moeda ao dólar. É de somente 7% a desvalorização estabelecida pelos condutores da economia. US\$ 10 bilhões evaporaram das reservas cambiais brasileiras em consequência do primeiro ataque especulativo a nova moeda em julho de 1995. As reservas que eram de aproximadamente US\$ 43 bilhões baixam para US\$ 33 bilhões.

O governo se interferiu diminuindo o crescimento da economia segurou o consumo e aumentou as taxas de juros e as tarifas de importação para algumas mercadorias internacionais procurando fugir de uma crise financeira. Como resultado uma elevação marcante da entrada líquida de divisas internacionais, estabilização da balança comercial e o reequilíbrio das reservas cambiais foram sentidos e no fim de 1996, elas são de US\$ 61,1 bilhões. Fernando Henrique Cardoso em 1 de janeiro de 1995, foi diplomado como novo presidente da nação. A União Aduaneira do MERCOSUL entrou em vigor nesta data e a Tarifa Externa Comum (TEC) é estipulada. Em 15 de dezembro desse mesmo ano, o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional entre o MERCOSUL e a União Européia, o mais importante parceiro de comércio internacional do MERCOSUL, foi assinado com o objetivo claro de estreitar os relacionamentos entre os dois lados. Nota-se pelas ações imediatas do novo governo uma mudança na forma de enxergar o comércio exterior.

O capital internacional entrou no país via privatizações e assim muitas companhias brasileiras foram vendidas e um grande número de empresas multinacionais se

instalou no Brasil. Isso provocou certo crescimento interno em virtude dos investimentos, transferência de conhecimentos e instrumentos tecnológicos e elevação do mercado nacional. Em contra partida elas eliminaram do mercado as pequenas e médias companhias brasileiras fazendo com que os empresários brasileiros exigissem incentivos para se tornarem competitivos e fazer frente as empresas estrangeiras no país e, também no cenário mundial. Então, o governo edita medidas para baixar os tributos sobre as exportações. Em 25 de junho de 1996, o Chile é o mais novo membro associado do MERCOSUL e em 17 de dezembro, a Bolívia também vem a ser membro associado.

No fim de 1997 e durante 1998, o Brasil teve a sua economia prejudicada por conta de duas crises internacionais que são a Crise Asiática e a Crise Russa. Com o início na Tailândia a crise asiática se espalhou pelos países vizinhos provocando colapso cambial e, também o Japão foi atingido com uma grande desvalorização de sua moeda e afeta as bolsas de valores em todo o mundo. Em 27 de outubro a bolsa de Nova York fecha antes do previsto em consequência de uma queda de 7%. O Brasil sofreu os efeitos da crise através de investidas especulativas contra a moeda nacional e ainda com o aumento das taxas de juros. Devido a uma queda expressiva da Bolsa de São Paulo, catorze dias após a mudança de câmbio na Tailândia, ações para impedir a perda de valor do real foram colocadas em prática pelo governo brasileiro e entre elas está a duplicação dos juros. A Rússia atingida pela crise em 1998 declarou uma moratória unilateral em agosto do mesmo ano e provoca uma crise nos sistemas do mundo inteiro

A fuga de capitais de curto prazo e baixa inacreditável da quantia de crédito voluntário oferecido pelas organizações privadas aconteceu no Brasil e, assim o país novamente assistiu a queda vertiginosa das reservas que haviam chegado a US\$ 74,6 bilhões em abril de 1998, e despencam para US\$ 44,5 bilhões no fim do ano. Buscando apoio internacional, o Brasil ajustou um pacote de empréstimos com a ajuda das autoridades do G-7 e do FMI para dominar os efeitos da crise mundial. A credibilidade internacional foi abalada em virtude das crises mundiais e então o governo do Brasil, em 15 de janeiro de 1999 modificou a política cambial deixando o uso das bandas cambiais, utilizando o sistema de livre flutuação do câmbio. A introdução do câmbio flexível e a perda de valor da moeda brasileira elevaram a atuação do Banco Central e também, por outro lado, deixou de estimular as importações refletindo na queda do déficit da balança comercial.

4.1 A abertura comercial brasileira

Segundo Giambiagi (2005), O modelo de substituição de importações teve um papel crucial no crescimento econômico de 1930 até o início dos anos 1980, quando a economia brasileira sofreu a pior crise da sua história. A década foi marcada pelo endividamento externo, pela recessão econômica, pela inflação, pela crise fiscal do Estado e, também, pelo esgotamento do MSI.

Décadas de protecionismo comercial deixaram os empresários nacionais em uma situação muito confortável. Eles estavam um tanto quanto acomodados, pois não havia pressões para investir em tecnologia, para adotar novas técnicas de administração ou para buscar outras formas para competir, porque o protecionismo comercial garantia exclusividade sobre o mercado. Durante os anos de 1980, ocorreu uma série de inovações tecnológicas que, quase que totalmente, mudaram o paradigma produtivo em vigor. Entre essas inovações, estavam: a microeletrônica, a automação mecânica, a informática e as telecomunicações. A indústria nacional não estava acompanhando o que acontecia no resto do mundo e o nosso atraso estava ficando cada vez mais visível.

A economia do Brasil passava por muitas dificuldades, entre as mais graves, o Estado, que, no passado, assumira o papel de agente indutor do desenvolvimento, perdera sua capacidade de investir devido à crise fiscal. Tornava-se cada vez mais urgente a busca por um novo modelo de desenvolvimento. E em 1989, um fato ocorrido nos Estados Unidos iria reforçar ainda mais o argumento pró- abertura. Economistas liberais oriundos de países ricos encontraram-se em Washington D.C. e elaboraram um conjunto de recomendações aos países em desenvolvimento. Esse receituário, conhecido como Consenso de Washington, sugeria a busca de uma nova agenda de desenvolvimento, baseada na abertura comercial e financeira, nas privatizações de empresas públicas e na diminuição do tamanho do Estado.

Gradualmente, o desenvolvimento da economia, amparado no modelo de substituição de importações, foi dando lugar ao pensamento liberal. A abertura comercial, no Brasil, começou no final dos anos 1980

Ao tomar posse, em março de 1990, o novo governo anunciou medidas que mudariam a direção da política de comércio exterior do país. Ao mesmo tempo de uma flexibilização do regime cambial, foi dado mais um passo a favor em direção ao programa de liberalização das importações, cujos primeiros passos foram dados através da imediata extinção da lista de produtos com emissão de guias de importação suspensa e dos regimes especiais de importação, à exceção do drawback, da Zona Franca de Manaus, do que beneficiava bens de informática e dos acordos internacionais. Seguiu-se, em julho do mesmo ano, a extinção dos programas de importação das empresas. Com o fim dos mais importantes controles administrativos, caberia à tarifa aduaneira o papel principal no estabelecimento de uma proteção adequada à indústria local. Foi também anunciada uma reforma tarifária na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0 a 40%. Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição da economia mais aberta.

A medida de extrema relevância acerca da abertura comercial foi à diminuição expressiva das tarifas de importação e a eliminação das barreiras não tarifárias, visando liberar o comércio com exterior. Na tabela 1 mostra-se a redução das tarifas à importação do Brasil, evidenciando que a partir 1990, que já se percebe uma queda bem mais expressiva.

Tabela 1- Parâmetros Básicos da Estrutura Tarifária Brasileira em (%) nos anos 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001

Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1997	1998	2000	2001
Tarifas %	45,00	41,00	32,20	25,30	21,20	17,10	14,20	13,60	13,80	16,70	14,00	13,80

Fonte: Dados de Silber apud Giambiagi (2005)

4.2 Políticas cambiais adotadas a partir de 1990

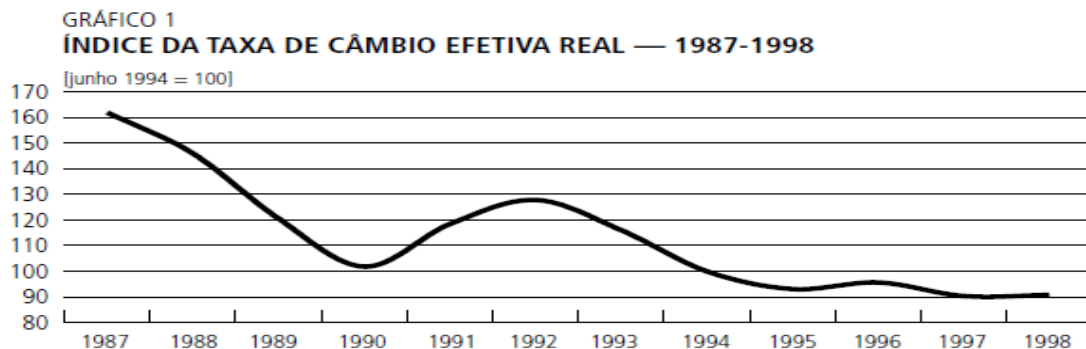
A condução da política cambial no Brasil entre 1990 e 1998 caracterizou-se muito mais como elemento de gestão das expectativas inflacionárias do que pela sua utilização como instrumento para alcançar um déficit em conta corrente sustentável no longo prazo. Até o início da década de 1990, dada a elevada taxa de inflação, o governo promovia minidesvalorizações cambiais com frequência praticamente diária, com o objetivo de manter a competitividade das exportações e propiciar a entrada de divisas necessárias aos pagamentos dos serviços da dívida externa e às despesas com importação de petróleo e de bens sem similar nacional. No entanto, com a taxa de inflação crescente, o regime de minidesvalorizações não foi suficiente para assegurar a estabilidade da taxa de câmbio real.

Para evitar a deterioração no saldo comercial, o governo efetuou, em setembro de 1990 e em outubro de 1991, duas correções cambiais, o que permitiu uma recuperação do câmbio real. A partir de então, com o agravamento do quadro inflacionário e a necessidade de atração de capitais internacionais para financiar o crescente déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, decorrente do intenso processo de abertura implementado poucos anos antes, observou-se novamente um movimento contínuo de valorização cambial, que se e acentuou ainda mais com a implementação do Plano Real.

.Em 1992, houve o ápice dos escândalos políticos e desequilíbrios econômicos internos, do qual resultou o processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor. Todas as medidas de política econômica que dependessem da credibilidade do governo se tornaram, momentaneamente, inviáveis. (GIAMBIAGI, 2005).

A despeito do cenário político caótico, a economia em termos gerais encontrava-se em uma situação melhor do que quando do lançamento dos planos de estabilização anteriores. Os superávits comerciais dos anos 1993 e 1994 auxiliaram o país a reconstituir suas reservas e o maior grau de abertura comercial, estimulado durante o Governo Collor, contribuiu para a volta dos fluxos de recursos voluntários para o País. Outra questão importante é que desde a implementação do PAI – Plano de Ação Imediata, ainda no governo de Itamar Franco, foi possível ao governo reduzir seu enorme déficit fiscal (GREMAUD, 2009).

Gráfico 1- Índice taxa de câmbio efetiva real entre 1987 e 1998



Fonte: Ipeadata

A economia brasileira passou por três regimes cambiais, mudou de padrão monetário com o Plano Real e experimentou um ritmo irregular de crescimento. Entre janeiro de 1993 e março de 1995, o governo manteve um sistema de taxas múltiplas flutuantes, administradas pelo Banco Central, em conjuntura de hiperinflação que durou até a reforma monetária de junho de 1994. Nesta primeira fase, as taxas anuais de crescimento do PIB foram cerca de 5%. Em março de 1995, o Banco Central introduziu um regime de bandas cambiais, que vigorou até janeiro de 1999, quando foi substituído pelo regime de flutuação independente. Contudo, o ritmo de crescimento econômico observado nos anos de 1993 e 1994, só iria ser retomado no período de 2004 a 2008.

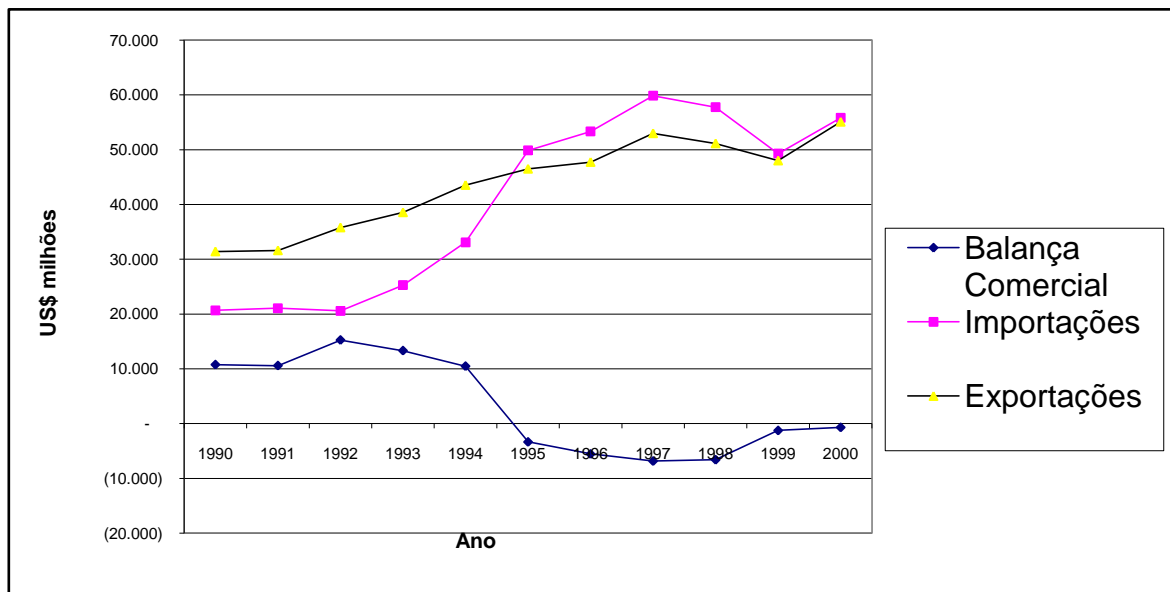
4.3 O comportamento da balança comercial na década de 1990

Segundo Gremaud, De Vasconcellos e Toneto Júnior (2009), o saldo da balança comercial é estabelecido através de fatores primordiais tais como, o nível de renda econômica e dos outros Estados do mundo, os termos de troca e a taxa de câmbio. Dessa maneira a procura por mercadorias estrangeiras será maior se a renda do país for maior levando o saldo da balança comercial a diminuir, se o processo for inverso, ou seja, se a renda dos outros

países estiver maior, a busca por mercadorias nacionais crescerá, elevando o saldo da balança comercial, se os termos de troca estiverem melhores, isto é, se as mercadorias que um país exporta estiverem com valores mais elevados em comparação às mercadorias que importa, o saldo da balança comercial será melhor, se a moeda interna de um país estiver mais desvalorizada se comparada às outras moedas internacionais, as mercadorias dessa nação apresentarão mais competitividade gerando uma predisposição às exportações, enquanto as importações caem.

O comportamento da balança comercial é afetado, de um lado, pela taxa de câmbio, e de outro, pela evolução das outras economias do mundo. A novidade dos anos 90 foi uma intensa abertura comercial que expôs a economia brasileira à concorrência do resto do mundo. Isso fica claro quando a balança comercial sofreu uma inflexão em 1994, por causa da adoção do Plano Real. A causa dessa queda é por conta de dois fatores: Em primeiro lugar, houve a necessidade do aumento das importações como forma de ajudar na estabilização dos preços, isto é, o governo liberou e estimulou as importações como forma de conter possíveis aumentos de preços. Além disso, o próprio câmbio apreciado estimulou as compras externas e desestimulou as vendas externas.

GRÁFICO 2- A evolução da balança comercial brasileira entre os anos 1990 e 2000



Fonte: Banco Central do Brasil

O gráfico 2 apresenta a evolução da balança comercial brasileira nos anos 1990-2000, evidenciando um crescimento mais que proporcional das importações por conta da combinação abertura comercial e apreciação cambial. O estímulo às compras externas fica evidente com o crescimento das importações do patamar de US\$ 20 bilhões em 1990 para US\$ 55 bilhões em 2000, um aumento de cerca de 175% em dez anos. Já as exportações crescem do patamar de US\$ 31 bilhões em 1990 para US\$ 55 bilhões em 2000, um aumento de cerca de 77%. Esta diferença na taxa de crescimento levou, já em 1995, a uma inflexão na balança comercial.

Nos dois primeiros anos do período (1990-91), houve uma forte retração nas exportações, em relação aos patamares anteriores. Entretanto, nos três anos que se seguiram, as exportações, especialmente de manufaturados, tiveram um comportamento significativamente expansivo. Assim, considerando 1990 como ano-base, as exportações de básicos (em US\$) encontravam-se em 1994 num patamar 26,3% superior, enquanto as de manufaturados cresceram 46,8%. (GIAMBIAGI, 2005).

Diante desse desempenho, a abertura comercial brasileira praticamente se confunde com abertura às importações. Isso se explica primeiro, porque as importações vinham sendo comprimidas por pesadas restrições nos anos 80, diante das dificuldades pelas quais o País passava em função da escassez de divisas. Em segundo lugar, porque as exportações vinham crescendo razoavelmente desde meados de 1980 e porque o País não conseguiu modernizar a sua indústria na velocidade exigida pela concorrência com os novos países industrializados, em razão do próprio estancamento da capacidade de importar.

Segundo Giambiagi (2005), apesar da abertura econômica acelerada em 1990 durante o Governo Collor, quando as importações passaram a barreira dos US\$ 20 bilhões de dólares, os saldos da balança comercial permaneceram elevados, chegando a US\$ 15 bilhões em 1993. Esses saldos eram necessários para o pagamento da dívida externa do País. Com o reescalonamento dos pagamentos da dívida externa no Governo de Itamar Franco, foi possível para o Brasil afrouxar um pouco o controle das importações. O saldo comercial reduziu-se para US\$ 10 bilhões em 1994, os mesmos valores de 1990 e 1991.

As importações aumentaram continuamente (12,6% em média) ao longo de todo o período. No início do período, porém, é razoável crer que a própria abertura fosse um incentivo, sobretudo para a reposição de bens de capital, após anos sem investimentos

significativos. A importância desse fator se tornou maior com o passar do tempo. Com a queda da tarifa média de importação de 32,2% para 14,2% somado ao efeito provocado sobre as contas externas pelo crescimento do produto (a partir de 1993), as importações cresceram, em 1994, para um patamar 60% superior ao vigente em 1990. As importações de bens de capital, cuja alíquota média sofreu um corte de 16,7 pontos percentuais, aumentaram em 91,4% no mesmo período, enquanto os gastos com aquisição de automóveis importados passaram de US\$ 31 milhões, em 1990, para US\$ 1,6 bilhões, em 1994.

A abertura comercial proporcionou uma modernização no parque industrial brasileiro, visto que os bens importados necessários (bens de capital, maquinários, equipamentos, etc.) foram barateados, em função da ampliação do coeficiente de abertura iniciada nos anos 90. Além disso, forneceu aos brasileiros produtos e serviços com maior nível tecnológico, menor preço e maior diversidade. Por outro lado, o novo modelo causou aumento das importações (destacam-se as importações de bens de capital com o objetivo de modernizar as industriais brasileiras), e a partir da segunda metade da década já se percebe déficits na balança comercial, que seriam financiados com a entrada de capital externo, via superávits na conta capital que logo será analisado na próxima seção. O processo de liberalização comercial iniciado com a reforma tarifária, juntamente com a apreciação cambial, foram determinantes importantes do crescimento das importações no período 1988-1990 (de US\$ 14,6 bilhões para US\$ 20,7 bilhões), quando a economia brasileira apresentou um fraco desempenho. As importações ficaram estagnadas oscilando em torno de US\$ 21 bilhões durante a recessão de 1990-1992, apesar da amplitude da liberalização cambial.

Somente em 1993-1994, com o crescimento da renda, o avanço do processo de liberalização comercial e a apreciação cambial, é que há um aumento significativo das importações (de US\$ 21 bilhões em 1991 e US\$ 20,6 bilhões em 1992, para US\$ 25,5 bilhões em 1993 e US\$ 33,2 bilhões em 1994).

Com relação às exportações, há uma perda significativa de competitividade internacional, principalmente em relação aos produtos manufaturados no final dos anos de 1980, mas há uma relativa recuperação progressiva nos primeiros anos da década de 1990, em que no ano de 1991 estava em US\$ 31, 5 bilhões e em 1994 já em US\$ 43,6 bilhões. Nesse sentido é bem provável que a apreciação cambial no início da década em questão tenha causado um aumento significativo da produtividade, interrompendo assim, a trajetória de perda que se figurava na década anterior

4.4 As crises no mercado internacional

Segundo Giambiagi (2005), a crise mexicana deu indícios de que a apreciação da taxa câmbio iria causar uma grave crise cambial no Brasil. Os investimentos estrangeiros caíram e, conseqüentemente, as reservas internacionais também. Houve várias críticas ao regime adotado como também várias sugestões quanto a possíveis mudanças, como por exemplo, a desvalorização da taxa de câmbio, como sendo uma solução para restaurar o equilíbrio da balança de pagamentos. A resposta dada aos críticos era que a apreciação da taxa de câmbio era o resultado natural da queda da taxa de inflação, e que os déficits em conta corrente seriam financiados pela poupança externa. As autoridades monetárias tinham uma preocupação de que a desvalorização da taxa de câmbio desencadeasse um choque inflacionário e como conseqüência, voltasse ao processo de indexação. A escolha do governo não foi a desvalorização. O governo optou por uma flexibilização do câmbio, aumentando as tarifas de alguns setores específicos e a elevação das taxas de juros nominais para buscar novamente o capital internacional, especialmente o capital de portfólio.

Como já foi visto, houve uma recuperação das reservas internacionais como resultado da política monetária, saltando em junho de 1995, de 31 bilhões de dólares para 51,8 bilhões de dólares em dezembro do mesmo ano.

A taxa de câmbio apreciada e os juros altos foram agravando a situação macroeconômica do país. A balança de pagamentos e o déficit na conta corrente pioraram, a dívida pública cresceu e atividade econômica diminuiu. Diante de tais fatos, as incertezas do futuro do Plano Real começaram a fazer parte das expectativas dos agentes econômicos.

Houve também uma crise no leste asiático, no segundo semestre de 1997, ocasionando um forte ataque especulativo ao Real, mostrando totalmente a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Como resultado, o capital se moveu para fora e as reservas internacionais caíram quase 10%.

O governo tomou algumas medidas com muito conservadorismo, aumentando a taxa de juros de 24,5% ao ano em outubro de 1997 para 46,5% ao ano em novembro do mesmo ano; e as despesas correntes do governo foram cortadas. Essas medidas adotadas pelo

governo não quebraram a confiança dos agentes econômicos. O volume de reservas internacionais foi mais que necessário para combater o ataque especulativo.

No entanto, logo no início de 1998, com muitas crises ocorrendo em outros países, geradas pela crise da Rússia e o discernimento dos operadores de mercado de que o Brasil tinha sérios desequilíbrios macroeconômicos, revelou que as reservas internacionais não poderiam ser consideradas como abrigo de um ataque especulativo ao Brasil.

Em 1998 houve uma nova eleição presidencial. As autoridades monetárias do presente ano em questão insistiram em adotar outra política ortodoxa de curto prazo: as despesas foram cortadas e as taxas de juros nominais foram aumentadas, só que dessa vez, tais medidas não conseguiram convencer os agentes econômicos e recuperar a confiança no Plano Real. O capital internacional voltou a deixar o país, tendo como resultado imediato a queda das reservas internacionais, sendo que entre setembro e dezembro de 1998, as reservas caíram quase 38%. A solução encontrada para resolver as crises iminentes foi um acordo com o Fundo Monetário internacional (FMI). Para isso, o Brasil se comprometeu a adotar políticas com rigor fiscal e monetário, e aceitar liberalizações financeiras e de pagamentos.

5 RESULTADOS

5.1 Uma análise do saldo da balança comercial brasileira a partir do Plano Real até o ano 2000.

Ao comparar o Plano Real com os demais planos, a conclusão que se obtém é que ele é o mais bem sucedido plano de estabilização econômica, principalmente pelos resultados obtidos com respeito à redução e ao controle da inflação. Implantado em julho de 1994, seu lançamento foi precedido pela criação da Unidade Real de Valor (URV) e pelo cruzeiro real, com a finalidade de alinhar os preços e contribuir para que a transição provocada pela reforma monetária fosse menos traumática.

A valorização do câmbio, decorrente da sustentação interna de preços, via âncora cambial, barateou as importações e encareceu as exportações, provocando grandes déficits na balança comercial. O grande superávit de US\$ 15,2 bilhões de 1992 reduziu-se para US\$ 10,4 bilhões em 1994.

Plano Real sem a Abertura Comercial é inconcebível. Combinado com o processo de redução das alíquotas de importação, com a apreciação cambial, a estratégia de estabilização foi bastante dependente do setor externo. Não somente as importações desempenharam um papel importante no aumento da oferta, como também limitaram o aumento dos preços da oferta, mesmo que as importações não fossem executadas. A simples possibilidade de ocorrer importações tirou das empresas a força evidente na conduta dos preços.

Os efeitos dessa estratégia sobre o setor externo, que vai desde a implantação do Plano Real até março de 1995, são marcados por forte pressão da demanda interna e aumento das importações.

A demanda da economia aumentou significativamente devido a queda da inflação, pois beneficiou as camadas de menor poder aquisitivo, que não tinham como se resguardar no período quando a inflação estava elevada. Essa redução da inflação também teve como

consequência a volta do crediário, alavancando a expansão da demanda, principalmente na área de bens de consumo durável.

Uma parte desse aumento da demanda foi orientada para produtos importados, não apenas para bens de consumo, mas também para demanda por matérias-primas e bens de capital. Com a redução dos impostos de importação e com a apreciação cambial, os produtos importados ficaram mais baratos. As empresas nacionais para conseguirem enfrentar a grande concorrência externa, utilizaram insumos importados e bens de capital no exterior, com intuito de reduzir os custos de produção e atender a necessidade de uma modernização.

TABELA 2 - Importações por itens selecionados em US\$ entre 1992-2000.

ITENS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL (US\$)	20.554	25.256	33.079	49.972	53.345	59.840	57.733	49.265	55.783
Bens de Consumo	2.450	3.020	4.658	8.631	9.010	9.241	8.826	6.283	6.377
Matérias-primas	7.628	9.469	11.662	16.738	17.916	18.978	19.310	16.960	18.722
Petróleo	4.141	4.398	4.069	4.412	6.142	6.021	4.314	4.817	7.645
Bens de Capital	6.335	8.369	12.69	19.891	20.277	25.600	25.283	21.205	23.039
Material de Transporte	1.283	2.103	3.396	5.935	4.499	6.389	6.793	4.651	4.926

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, Março/2000

Segundo Giambiagi (2005), esses aumentos da demanda combinados com a apreciação da taxa de câmbio trouxeram alguns obstáculos para o setor externo brasileiro: No primeiro ano do Plano Real, as importações cresceram mais de 70% em relação aos doze meses anteriores, e, no mesmo período, as exportações cresceram 20%. Apesar de todos os componentes da pauta de importações terem crescido em 1994 e 1995, os dois itens que

apresentaram maiores aumentos foram: automóveis (208%) e bens de consumo (185%). Isso expressa que uma parcela relevante da entrada de recursos direcionou-se para o financiamento do consumo, ou seja, para itens que não ampliariam a capacidade futura de pagamento do país.

TABELA 3 - Exportação, importação, saldo da balança comercial brasileira em US\$ milhões entre 1993 e 2000

PERÍODO	EXPORTAÇÕES (US\$)	IMPORTAÇÕES (US\$)	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (US\$)
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.990	59.747	-6.753
1998	51.140	57.714	-6.575
1999	48.011	49.272	-1261
2000	55.086	55.783	-697

Fonte: Banco Central do Brasil

As importações saltaram aproximadamente de US\$ 33,1 bilhões em 1994, para quase US\$ 50 bilhões em 1995 e para US\$ 55,7 bilhões em 2000. As exportações, contudo, continuaram crescendo, porém em um ritmo mais lento. O déficit da balança comercial atingiu US\$ 6,6 bilhões em 1998, face à redução maior das importações, relativamente às exportações. Esse déficit externo caiu a menos de US\$ 700 milhões no ano 2000, conforme tabela 3, devido às políticas comerciais adotadas no período e ao bom desempenho da indústria brasileira.

A opção do governo em março de 1995, para fazer frente à perda de reservas que o país vinha sofrendo, foi ampliar o controle da demanda interna, principalmente com restrições ao crédito e elevação das taxas de juros; esta última serviria também para manter a atratividade do país para o capital estrangeiro. Além disso, promoveu-se uma tímida

desvalorização de 6% da taxa de câmbio e alterou-se a política cambial, com o alargamento das bandas de flutuações, projetando-se uma desvalorização nominal da taxa de câmbio na faixa dos 7% a.a. Também se buscaram alguns incentivos para estimular as exportações, principalmente por meio de Adiantamento dos contratos do câmbio (ACC), que permitia os exportadores se beneficiarem das altas taxas de juros internas. Mas ainda, elevaram-se as tarifas de uma série de produtos, destacando-se automóveis, para os quais inclusive se introduziu o regime de quotas, o que representou um retrocesso no processo de abertura comercial. (Gremaud, 2009).

A implementação de um amplo programa de desestatização da economia, acompanhada da absorção do patrimônio público por parte de grupos estrangeiros, constituía um aspecto fundamental da lógica do Plano Real. Não apenas porque fazia parte dela o corte nos investimentos públicos, mas, também, porque a entrada de capitais externos era a forma de garantir o financiamento do déficit que seria pela âncora cambial. (Souza, 2008).

O projeto de desestatização precisaria ser apoiado em uma maior segurança dada ao capital estrangeiro de que seus interesses estariam garantidos e a realização de alterações constitucionais ou legais.

Quanto às privatizações, estavam bloqueadas pelo resguardo constitucional e legal dos setores estatais mais importantes. Mesmo assim, elas foram avançando nas áreas que não estavam ao abrigo da constituição ou das leis. (Souza, 2008).

A situação externa brasileira foi beneficiada pela entrada de capitais estrangeiros, que foram atraídos por um diferencial muito alto entre as taxas de juros internas e externas. No início, grande parte desse capital era constituída de recursos de curto prazo. Contudo, devido as condições internacionais de liquidez e a necessidade de elevar o nível de reservas, não havia como segurar a permanência desse capital por um período mais longo. Assim, mesmo com parcela importante sendo constituídas por capitais de risco, as reservas internacionais do país passaram a se elevar e, no final de 1995, já atingiam 51,8 bilhões de dólares, enquanto que o saldo da balança comercial apresentou um déficit de 3,4 bilhões de dólares.

No final de 1995, o governo tornou a política monetária mais maleável, aumentando os prazos de financiamento, diminuindo os depósitos compulsórios e reduzindo suavemente as taxas de juros. Diante de tais medidas, o nível de atividade voltou a se

expandir. É importante frisar que, na medida em que a recuperação da atividade concentrou-se na expansão na produção de bens de consumo durável, as pressões sobre a balança comercial, seriam inevitáveis, já que esses segmentos são fortes importadores de componentes eletrônicos.

Com o Real valorizado nos primeiros anos do plano econômico que introduziu a nova moeda, as exportações, variável decisiva no processo de inserção no contexto internacional de crescente interdependência econômico-comercial, acabaram não se expandindo intensamente. Como as importações, variável-chave no controle da inflação, cresceram de forma expressiva, o que se viu foi a geração de déficits comerciais a partir de 1995. Nesse contexto, o que ocorreu foi um incremento nas participações das importações brasileiras no quadro do total importado no mundo ao longo da década de 1990.

Segundo boletim do Banco Central, 1996, nesse ano, a balança comercial brasileira registrou saldo negativo de US\$ 5,5 bilhões, o segundo déficit anual consecutivo, superior ao verificado no ano anterior, de US\$ 3,4 bilhões. Esse aumento foi consequência da expansão de 6,9% nas importações, que totalizaram US\$ 53,3 bilhões, comparativamente ao crescimento de 2,7% nas exportações, que se situaram em US\$ 47,7 bilhões, cabendo registrar que ambos foram valores recordes. É importante observar que déficits comerciais são ocorrências naturais no processo de estabilização da economia, assim como a expansão de exportações é em geral precedida por um movimento de ampliação das importações. Daí a constatação de que as exportações, embora tenham registrado crescimento moderado, poderão vir a se beneficiar dos investimentos realizados pelo setor produtivo, consubstanciados na forma de maiores importações de bens de capital e bens para processamento, setores que apresentaram grande expansão em 1996. Também ocorre que o aumento das importações vem contribuindo significativamente para a estabilização de preços internos em vários setores da economia.

Houve uma melhora significativa no saldo comercial, que caiu de um déficit de US\$ 6,7 bilhões em 1997 para apenas US\$ 697 milhões em 2000 por conta de um aumento de 4% no valor das exportações e, por outro, uma redução de 9% das importações. A indústria de transformação foi a principal responsável por essa melhora, passando o seu déficit de US\$ 10,5 bilhões em 1997, para US\$ 2,3 bilhões em 2000. Na indústria extrativa ocorreu uma ligeira redução no déficit, de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 1,2 bilhão no período. Por outro lado, a

agropecuária apresentou uma queda no seu saldo, de US\$ 3,0 bilhões em 1997 para US\$ 2,8 bilhões em 2000. (Texto nº 90, BNDES, 2001)

No final de dezembro de 1998 e início de janeiro de 1999, a fuga de capitais voltou a se acelerar, as perdas de reservas superavam US\$ 1 bilhão/ dia. Como o acordo com o FMI impunha um limite mínimo de reservas, já se faziam as contas para quando se daria a mudança cambial. (GREMAUD, 2009)

Sinalizavam-se, portanto, maiores dificuldades do lado fiscal. Nesse ambiente, criou-se a cena política adequada para promover a mudança cambial em janeiro de 1999, atribuindo-se a tomada de decisão pelo governo federal a fatores externos e não a erros de política econômica. A mudança deu-se com a saída do então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que era o maior defensor da manutenção do câmbio valorizado, e a entrada de Francisco Lopes. A primeira alteração correspondeu a uma desvalorização da taxa de câmbio, mas ainda mantendo-se o sistema de banda. Quando o governo fez a desvalorização, os recursos continuaram saindo, pois o mercado queria uma desvalorização maior. (GREMAUD, 2009).

Neste período, havia alguns rumores de escândalos, que comprometia o atual presidente do Banco Central, sendo substituído por Armínio Fraga, que logo escolheu sua equipe e anunciou duas medidas que seriam instituídas: a elevação da taxa de juros básica; e o início de estudos para a adoção do sistema de metas de inflação, que há anos vinha sendo adotado em diversos países. Esse novo presidente trocou o sistema de bandas pelo o sistema de câmbio flutuante. O primeiro impacto na taxa de câmbio nominal foi sua desvalorização da ordem de 70%, chegando a superar R\$ 2,00 já em fevereiro de 1999. (GREMAUD, 2009).

O Regime de câmbio flutuante é basicamente ajustado pelo mercado de divisas. O valor da moeda nacional em relação a moeda estrangeira é determinado pelos os agentes econômicos privados, sem intromissões do Banco Central, onde qualquer desajuste seja abolido pelo mecanismo do preço.

O panorama do comércio mundial fora bastante afetado por crises de ordem financeira e econômica. Diante de tanta instabilidade, as exportações caíram devido a queda da demanda mundial. Alguns preços de produtos sofreram declínios, especialmente da pauta de exportações brasileiras, como por exemplo, os preços dos produtos básicos agrícolas.

O que na realidade se esperava após a desvalorização da taxa do câmbio era a volta descontrolada da inflação e uma recessão profunda causando altas taxas de desemprego no Brasil, só que a taxa de inflação tomou rumos mais declinantes.

5.1.1 Câmbio flutuante e Aperto monetário

Todas as decisões das autoridades monetárias com respeito aos ajustes na economia do país eram tão somente fundamentadas na busca de um equilíbrio de suas contas externas. O objetivo da desvalorização do Real, compelida pelo colapso das contas externas, era produzir superávits comerciais determinados pelo capital estrangeiro, como forma de afirmar suas remessas de lucros e juros.

O governo não achou suficiente a desvalorização da taxa de câmbio para viabilizar os superávits exigidos e aumentou o aperto monetário com o intuito de desestimular a fuga de capitais externos. Como primeira medida, a taxa de juros básica de 39% ao ano subiu para 45% ao ano.

Ao final do ano de 1999, o saldo da balança comercial havia melhorado, mas permaneceu deficitária em US\$ 1,2 bilhão. As importações haviam caído em média em 14,7% e as exportações, em lugar de tomar o caminho do crescimento, baixaram em 6,1%.

A elevação dos juros, combinado com a desvalorização do Real, resultou no encolhimento da economia, pois as empresas sofreram tanto com o aumento do custo financeiro como com o custo das matérias-primas importadas. Assim, ao final de 1999, a produção industrial havia sofrido uma queda de 2,5% e o PIB conseguiu crescer 0,8%. Como consequência do aumento do custo do importado, proveniente da correção cambial, a inflação acelerou naquele ano: O IGP da Fundação Getúlio Vargas, depois de haver subido apenas 1,7% em 1998, cresceu 20% em 1999.

Neste ano, uma intensa queda foi constatada nos preços em dólares das exportações brasileiras. A diminuição dos preços, que acumulou 12,7% entre janeiro e agosto (contra igual período de 1998), foi iniciada com antecedência à desvalorização do Real. A redução de 17% para produtos básicos e de 20% para semimanufaturados (que representam

40% da pauta de exportação) nos primeiros oito meses de 1999 deve ser conferida mais às condições da circunstância internacional do que a fatores internos, como a desvalorização do Real.

Segundo artigo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 1999, para produtos manufaturados, a redução de 8,6% nos preços médios teve maior influência da desvalorização, correspondendo a descontos e reduções de preços concedidos por exportadores nacionais para conquistar mercados e ampliar vendas externas. Esse comportamento dos preços responde como a causa mais importante do desempenho ruim das exportações (queda de 9,5% no período janeiro/outubro com relação ao mesmo período do ano anterior) e para o resultado negativo do comércio em 1999.

Esse comportamento dos preços responde como a causa mais importante do desempenho ruim das exportações (queda de 9,5% no período janeiro/outubro com relação ao mesmo período do ano anterior) e para o resultado negativo do comércio em 1999 (déficit de US\$ 912 milhões no mesmo período)

Segundo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2001), os efeitos positivos da desvalorização do Real sobre as exportações e a atividade econômica só foram percebidos no ano seguinte à queda, ou seja, só no ano 2000. Nesse ano a taxa de juros já estava em queda e a taxa de lucros da economia já estava em ascensão. Com isso, as empresas já estavam mais dispostas a produzir. O PIB cresceu 4,4% em 2000 e a produção industrial, 4,9%. O crescimento da produção foi devido ao aumento das exportações que estavam sendo estimuladas pela queda do Real, subindo de US\$ 48 bilhões para US\$ 55 bilhões. Mesmo com esse crescimento das exportações, ainda não foi suficiente para produzir o superávit comercial.

A desvalorização do Real encarecia as importações, só que ainda as tarifas de importação eram muito baixas. A medida que a economia crescia, aumentava a demanda por produtos importados, que por conta da vantagem das baixas tarifas, eles ainda continuavam baratos. Assim, as importações cresceram de US\$ 49,2 bilhões para US\$ 55,8 bilhões.

Os aplicadores externos ainda se encontravam inseguros quanto a investir no Brasil por conta da insuficiência de gerar superávit comercial, e por isso voltaram a deixar o país. As reservas cambiais, que, depois do vultoso empréstimo feito ao FMI, haviam

chegado a US\$ 42 bilhões em novembro de 1999, baixaram nos primeiros seis meses de 2000 para US\$ 28,3 bilhões em junho.

Em 2000, o crescimento foi impulsionado por todos os componentes da demanda: as exportações apresentaram elevado crescimento impulsionado pela taxa de câmbio; os investimentos cresceram de forma significativa, impulsionado pela queda das taxas de juros, o consumo acompanhou o crescimento econômico. Assim, poder-se-ia esperar que a partir daí o país retomasse o crescimento econômico. (GREMAUD, 2009)

Este crescimento foi caracterizado pela ínfima ocupação de capacidade produtiva ociosa estimulada pelas as exportações. Isso mostrava o quanto o país estava dependendo da situação econômica mundial. E não demorou muito. A economia estadunidense, no segundo semestre de 2000, já estava mostrando indícios de que a recessão estava próxima.

O ano 2000 era o segundo ano de atuação do regime de câmbio de livre flutuação. Nesse regime, as intervenções no mercado doméstico de câmbio pelo Banco Central se limitam a evitar que a taxa de câmbio oscile em curto espaço de tempo, ocorrendo à desvinculação do nível de reservas internacionais dos resultados do mercado cambial.

A corrente de comércio externo do país expandiu-se 14%, passando de US\$ 97,3 bilhões, em 1999, para US\$ 110,9 bilhões, valor recorde, com volume de US\$ 55, 086 bilhões de exportações, também recorde, e de US\$ 55,8 bilhões de importações, gerando déficit de US\$ 697 milhões no ano. O resultado da balança comercial refletiu a elevação dos preços de petróleo e o aumento da importação de matérias-primas e produtos intermediários, em função do elevado crescimento da indústria no ano. As importações totais cresceram 13,3%, com expansões de 13% no quantum e de 0,3% nos preços. Contudo, mesmo sem gerar superávit, o desempenho das exportações também foi significativo, com expansão de 11% no quantum e de 3,3% nos preços, conduzindo ao incremento de 14,7% no valor. (Boletim Banco Central, 2000). Vide Tabela 3.

As exportações foram beneficiadas pela força do crescimento do comércio mundial, o maior em mais de uma década, cujo volume expandiu-se 10% em 2000, antes 5,1% em 1999 e 4,3% em 1998, conforme estatísticas da OCDE. Verifica-se o ganho de competitividade proporcionado pela modernização do parque industrial do país, favorecida pela abertura comercial da década de 1990.

Segundo Boletim do Banco Central do Brasil, 2000, a desvalorização da taxa de câmbio constituiu-se em determinante adicional para o ganho de competitividade das vendas externas, o que pode ser visualizado pelo comportamento da rentabilidade das exportações nos últimos anos, especialmente no início de 1999.

Quanto às importações, o crescimento continuado dos preços do petróleo constituiu-se em fator fundamental à sua expansão. Ressalte-se que a perspectiva quanto à elevação dos preços do petróleo, delineada no início do ano, considerava sua estabilização ao nível da média da faixa de preços consensuada entre os membros da Opep, de US\$ 25/barril e US\$ 28/barril, ou até mesmo próxima ao seu piso.

O comércio externo em 2000 foi afetado pelo o aumento da importação de matérias-primas e produtos intermediários e pelo o alcance de níveis elevados de utilização da capacidade de produção em algumas indústrias. O aumento da demanda por matérias-primas e produtos intermediários esteve ligado ao crescimento industrial de 2000, que, por sua vez, foi ativado pelo crescimento das exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado, como automóveis de passageiros e aviões. Assim, dado que tais produtos contam com grande parcela de componentes importados, formou-se um ciclo de crescimento da corrente de comércio. Outros produtos intermediários, de indústrias que operam muito próximas da plena capacidade instalada, como as de papel e papelão, borracha e siderurgia, também apresentaram crescimento de importações. O saldo comercial passou a apresentar resultados negativos.

Os termos de troca, que vinham melhorando desde meados de 1999 até o terceiro trimestre de 2000, reverteram à tendência no último trimestre, tanto pela desaceleração da recuperação dos preços dos produtos exportados quanto pela elevação dos preços dos produtos importados, principalmente pela permanência das altas cotações do petróleo.

A análise da exportação por fator agregado revelou que o aumento de 11% do *quantum*, em 2000, deveu-se ao aumento da quantidade exportada de produtos básicos, 8,5%, e, principalmente, de manufaturados, 17,1%. Os produtos semimanufaturados apresentaram retração de 6,9% na quantidade exportada. Quanto aos preços das exportações, a alta de manufaturados, neutralizou a redução de 2,1% dos preços dos básicos, determinando o aumento global de 3,3% nos preços das exportações. Vide tabela 4.

TABELA 4- Exportação por valor agregado (FOB) em US\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL (US\$)	47.747	52.994	51.140	48.011	55.086
PRODUTOS BÁSICOS	11.900	14.475	12.977	11.828	12.562
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.025	37.676	37.507	35.312	41.027
SEMIFATURADOS	8.615	8.480	8.120	7.982	8.499
MANUFATURADOS	26.410	29.196	29.387	27.330	32.258
OPERAÇÕES ESPECIAIS	822	844	656	872	1497

Fonte: MDIC/Secex

Segundo Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2000, o crescimento de 6,2% das exportações de produtos básicos, que atingiram US\$ 12,6 bilhões em 2000, embora calcado na expansão da quantidade exportada de alguns dos principais produtos da categoria, foi favorecido pela desaceleração da queda de preços. A desaceleração não foi maior em razão, principalmente, da acentuada redução nos preços dos diversos tipos de carnes exportadas. Por outro lado, alguns importantes produtos apresentaram alta de preços, sendo a mais significativa a do farelo de soja, que alcançou 22,1%. As exportações de minério de ferro alcançaram US\$ 3 bilhões, 11% superiores às de 1999, revelando a elevação de 12,2% da quantidade exportada. Entre os produtos da indústria extrativa mineral, assinala-se o crescimento de 20,2% da quantidade exportada de caulim, cuja receita atingiu US\$ 151 milhões, e o de 103% da relativa a minério de manganês, US\$ 46,6 milhões. As vendas externas de minério de alumínio apresentaram retração de 7,7% na quantidade e de 2,2% na receita, que atingiu US\$ 113 milhões, refletindo, em parte, a maior demanda interna

Dentre os produtos agrícolas, as exportações de soja alcançaram US\$ 2,2 bilhões, com crescimento de 29,2% na quantidade exportada e de 37,3% no valor. Esse crescimento esteve associado ao início de funcionamento de unidades processadoras de soja na China, que passou a importar mais soja em grão, implicando redução de 10,1% na quantidade exportada de farelo, que, refletindo a elevação dos preços do produto, proporcionou receita de US\$ 1,7 bilhão, 9,8% superior à de 1999. As vendas externas de café cru em grão apresentaram queda de 8% nos preços e de 24% na quantidade, com redução de receita em 30,1%, para US\$ 1,7

bilhão. A queda na quantidade deveu-se, em parte, à retenção de 20% das sacas destinadas à venda externa, de acordo com o plano aprovado pelos países produtores para sustentação dos preços internacionais. A baixa dos preços do café deveu-se à ampla oferta, dado o crescimento da produção e da exportação de países como o Vietnã, a Índia e o México. O fumo em folhas também apresentou redução de preço no período, 8,1%, mas a quantidade exportada se manteve, proporcionando receita de US\$ 813 milhões, queda de 8%. Vide tabela 5.

Nos anos seguintes, continuou a verificar melhoras no saldo comercial refletindo o crescimento das exportações e um menor avanço das importações

Tabela 5 – Exportação (FOB), Principais produtos básicos em US\$ milhões

Bens Exportados	1999	2000
Total Exportação (US\$)	48.011	55.086
Produtos Básicos	11.828	12.562
Café cru em grãos	2.230	1.559
Soja, mesmo triturada	1.593	2.188
Minérios	2.862	3.048
Carnes	1.434	1.472
Óleos Brutos	nd	159
Outros	3.708	4.137

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil

5.2 Análise da evolução da balança comercial brasileira entre os anos 2001 a 2010

Até 2001 a balança comercial apresenta pequenos déficits, explicados pelas crises internacionais e pelo volume das importações de bens de capital e de petróleo neste período. A partir desse ano, o Brasil voltou a gerar superávits comerciais, que apresentaram crescimento contínuo até atingir seu valor mais alto, e recorde histórico, em 2006. No ano de 2007, como reflexo da valorização do real, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, e como resultado, os superávits comerciais começaram a diminuir, atingindo US\$ 20,2 bilhões em 2010, sendo o menor superávit registrado a partir de 2003.

5.2.1 Fatores perturbadores da economia

Percebe-se que a reanimação da economia vinha sendo estimulada pelas as exportações, as quais foram favorecidas pela desvalorização da moeda, e que se tratava de uma recuperação fraca e passageira. Os ganhos de produtividade foram perdidos com o protecionismo dos países ricos, a crise argentina e a desaceleração da economia mundial. Cabe ressaltar que quanto ao recrudescimento do protecionismo dos países ricos, particularmente dos EUA, estudo realizado pela embaixada brasileira em Washington, revelou que os vinte principais produtos brasileiros exportados sofriam uma tarifa de importação média de 39,1% nos EUA, enquanto o Brasil cobrava apenas 12,9% sobre os principais produtos exportados pelos EUA.

A economia brasileira, que já vinha sentindo prejuízos de ordem econômica por conta também de um crescente passivo externo (montante do capital estrangeiro existente no país, sob as formas de empréstimos e financiamentos, investimento direto e aplicações financeiras) e uma dívida pública impulsiva, sofreu a partir de 2001 a pressão do aumento desse protecionismo, da desaceleração da economia mundial, do colapso da economia argentina e do racionamento interno de energia elétrica.

Em 2001, constatou-se uma profunda queda na taxa de crescimento, passando para 1,3% no ano. Dois fatos principais explicam esta piora no desempenho econômico: choque externo, com profundas pressões cambiais em função da crise da Argentina, do ataque do World Trade Center e por conta da crise energética, teve que haver um racionamento de energia no país.

A crise da Argentina fez com que ocorresse significativa saída de capital do Brasil, ocasionando forte desvalorização cambial. Apesar do efeito negativo da queda da atividade na Argentina, que foi se materializar principalmente em 2002, as exportações continuaram apresentando um ritmo acelerado de crescimento, devido à desvalorização cambial, e ao crescimento mundial, principalmente em 2002. (GREMAUD, 2009).

No entanto, com as pressões inflacionárias decorrentes da desvalorização cambial, o Banco Central interrompeu o processo de queda da taxa de juros, tendo que aumentá-la em seguida, e esta iniciativa foi um dos fatores a explicar a retração do Investimento em 2001.

Falando da crise energética, que foi gerada tanto por problemas climáticos, como pela falta de investimentos na expansão da capacidade produtiva e de transmissão de energia, acabou levando a diminuição do consumo e especialmente do Investimento.

5.2.2 A Retomada do superávit comercial brasileiro

No ano de 2001 percebe-se uma nova desvalorização do Real visando melhorar o desempenho do setor exportador e poder gerar um superávit comercial. Neste ano, o governo firmou um novo acordo com o FMI, tendo que se submeterem mais uma vez as exigências a e um aperto fiscal mais severo.

Segundo Relatório Anual do Banco Central, 2001, a balança comercial alcançou um superávit de US\$2,6 bilhões por conta de ter ocorrido um de crescimento de 5,7% nas exportações, que somaram US\$58,2 bilhões, e redução de aproximadamente de 0,5% nas importações, que se situaram em US\$55,6 bilhões. Esse resultado representou crescimento de 2,6% na corrente de comércio do país. O comportamento das exportações refletiu o crescimento de 9,6% da quantidade exportada, especialmente de produtos básicos, segmento

em que atingiu 33,3%. Entre os principais fatores favoráveis ao crescimento do embarque de produtos de exportação, além das medidas de promoção do comércio implementadas pelo governo, devem ser citadas a depreciação cambial, a doença que dizimou os rebanhos europeus e o incremento das vendas ao leste europeu e ao oriente médio.

Outro fator de redução nos preços constituiu-se na depreciação cambial, que, ao proporcionar remuneração mais elevada em moeda nacional ao exportador, permite-lhe reduzir seus preços aos importadores e obter maior competitividade.

A queda nas importações resultou de diminuição de 3,2% nos preços e elevação de 3% no quantum. O menor crescimento da quantidade importada em relação a 2000 deveu-se, em parte, à retração do crescimento industrial como consequência do racionamento de energia elétrica, principalmente no segundo semestre. Essa retração, associada à substituição de importações, afetou principalmente as importações de matérias-primas e produtos intermediários, que apresentaram queda de 0,3% no quantum, ante crescimento de 24,5% em 2000. A depreciação do câmbio efetivo real também contribuiu para a contração nas importações, sobretudo de bens de consumo não-duráveis, que apresentaram queda de 1,9% na quantidade. A redução nos preços esteve associada principalmente à retração econômica mundial.

A categoria de bens de consumo duráveis foi a única a apresentar elevação nos preços em 2001, 4,1%, em parte devido à elevação, de 35,7%, em 2000, para 39,9% em 2001, da participação da importação de automóveis de passageiros, item de maior valor entre os bens de consumo duráveis importados. Já as importações de bens de capital obedeceram, em geral, a decisões de investimento tomadas com maior antecedência e visando período de planejamento mais longo, o que explicou parte do crescimento de 16,1% na quantidade em 2001, bastante superior à relativa a demais categorias de produtos, mesmo diante da desaceleração na produção industrial ocorrida no ano.

No ano de 2002, o setor externo obteve um bom desempenho devido a uma significativa queda das importações por conta da forte desvalorização cambial e ao baixo crescimento econômico. A balança comercial atingiu um superávit de US\$ 13,1 bilhões, em 2002, ante US\$ 2,6 bilhões, no ano anterior. As exportações somaram US\$60,4 bilhões, expansão de 3,7%, no período, e as importações situaram-se em US\$ 47,2 bilhões, redução de 15%. O fluxo total de comércio declinou 5,5%, no ano. Vide tabela 6.

Tabela 6 - Exportação, Importação, Saldo Comercial e Corrente de Comércio em US\$ milhões entre 2001 e 2010

ANO	Exportação (US\$)		Importação (US\$)		Saldo Comercial (US\$)	Corrente de Comércio (US\$)
	Valor (A)	Var %	Valor (B)	Var %	(A) - (B)	(A) + (B)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	-0,45	2.684.835	113.888.351
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	-15,03	13.195.999	107.681.307
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	121.528.789
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.881	159.513.113
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.808	192.129.560
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	229.158.311
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	281.266.519
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	370.927.211
2009	152.994.743	- 22,71	127.722.343	-26,17	25.272.400	280.717.086
2010	201.915.285	31,98	181.648.676	42,22	20.266.609	383.563.961

Fonte: SECEX/ MDIC-Elaboração: DET/SEDETEC

Segundo Relatório Anual do Banco Central, 2002, o desempenho das exportações, no primeiro semestre, evidenciou a recuperação incipiente da economia mundial e, em maior grau, a crise na Argentina. Nesse sentido, da redução de US\$3,9 bilhões assinalada nas exportações, no semestre, relativamente ao primeiro semestre de 2001, US\$1,9 bilhão concentrou-se nas vendas destinadas à Argentina, sendo US\$1,8 bilhão em produtos manufaturados. No segundo semestre, registrou-se importante recuperação das exportações, que cresceram US\$6 bilhões relativamente à igual período de 2001. Esse resultado, decorrente de declínio de US\$ 759 milhões nas exportações para Argentina e de elevação de US\$6,8 bilhões nas destinadas aos demais países, ocorreu tanto em produtos manufaturados, US\$2,2 bilhões, ante recuo de US\$2,1 bilhões, no primeiro semestre, quanto em demais, US\$3,8 bilhões, ante retração de US\$1,8 bilhão no semestre anterior. As importações também apresentaram comportamento diverso nos dois semestres. No primeiro, registrou-se redução

de US\$6,5 bilhões, dos quais US\$938 milhões no comércio com a Argentina e US\$5,6 bilhões com os demais países. No segundo semestre, a queda total reduziu-se para US\$1,8 bilhão, dos quais US\$522 milhões com a Argentina e US\$1,3 bilhão com os demais países. O incremento das exportações refletiu elevação de 8,6% da quantidade embarcada e retração de 4,6% nos preços, enquanto o recuo das importações foi determinado por reduções de 12,2% na quantidade e de 3,2% nos preços. Os preços de exportações e de importações apresentaram recuperação no segundo semestre, em especial os preços dos produtos importados, sobretudo o de combustíveis e lubrificantes, em razão das crises no Oriente Médio e na Venezuela. Dessa forma, os termos de troca, que mantiveram relativa estabilidade desde meados de 2000, apresentaram piora no segundo semestre de 2002.

O aumento das exportações refletiu melhor desempenho em mercados tradicionais e a incorporação de novos mercados, evidenciando o sucesso da política de promoção comercial em países como a China, México, Rússia, Índia, Coreia do Sul e Japão.

A avaliação das exportações segundo o fator agregado revela aumento de 10,5% em produtos básicos, em relação a 2001, correspondendo a elevação de 15,2% na quantidade embarcada e a queda de 4,1% nos preços. Deve-se lembrar que, em 2001, esses produtos já haviam registrado aumento de 33,3% na quantidade exportada. As importações somaram US\$47,2 bilhões, declínio de 15%, no ano, registrando-se contração em todas as categorias de uso final. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), ocorreu redução de 12,2% na quantidade importada e de 3,2% nos preços, não obstante a recuperação assinalada no segundo semestre. Até junho, a queda na quantidade situava-se em 16,9% e nos preços, em 6,9%. O desempenho no segundo semestre deveu-se, em parte, à recuperação da atividade econômica e à base de comparação favorável. Assinale-se que a quantidade importada de matérias-primas e produtos intermediários e de bens de capital, que historicamente acompanha a evolução da atividade industrial, apresentou comportamento diverso, em 2002. Nesse ano, a produção industrial manteve a tendência de elevação iniciada no último trimestre de 2001, e Bens de consumo duráveis foi a categoria que apresentou a maior redução relativa no valor das importações em 2002, de 28,7%. Esse comportamento foi, em parte, decorrente da redução da importação de automóveis e de partes e peças para bens duráveis, principalmente para aparelhos de recepção e transmissão.

As importações de automóveis, que somaram 33,3% das importações de duráveis, reduziram-se 45,4%, com contrações nos preços, 11,7%, e na quantidade, 38,2%. As

importações de partes e peças para bens de consumo duráveis, que representaram 13,2% do total de duráveis, reduziram-se 22,4%, com elevação de 0,8% nos preços e queda de 23,1% na quantidade. As compras de objetos de adorno ou de uso pessoal declinaram 4,2% representando 27,3% das importações dessa categoria, refletindo crescimento de 9,9% na quantidade importada e queda de 12,8% nos preços.

O ano de 2003 foi marcado por um bom comportamento do setor externo, com crescimento contínuo das exportações que cooperavam para diminuir cada vez mais o impacto recessivo das políticas adotadas pelo governo e para estimular o crescimento no ano posterior. O bom desempenho das exportações é explicado por um conjunto de fatores: forte elevação do preço das *commodities*, crescimento econômico mundial, impacto positivo da desvalorização real do câmbio e medidas direcionadas para desoneração tributária do setor exportador, não esquecendo que a economia do Brasil neste período possuía ainda um fraco crescimento. Os elevados superávits comerciais ampliavam o superávit em transações correntes e levavam à redução do passivo externo do país; assim analisando-se os principais indicadores sobre a situação externa do país, percebe-se uma melhora significativa em todos eles, colaborando para a redução do risco-país e valorização cambial. (GREMAUD, 2009).

Em 2003, a balança comercial apresentou um superávit comercial de US\$ 24,8 bilhões. Este superávit esteve associado a 21,1% de aumento das exportações e também de um aumento de 2,2% das importações. Assim, as exportações acumularam US\$ 73,2 bilhões e as importações US\$ 48,3 bilhões, produzindo fluxo comercial de US\$ 121,3 bilhões, 12,8% superior ao de 2002. As importações apresentaram uma recuperação a taxas inferiores ao longo do ano devido ao baixo dinamismo do setor industrial, principal demandante de produtos estrangeiros.

Adicionalmente aos fatores que contribuíram para a expansão das exportações, tem se também a retomada das exportações para a Argentina e a solidificação de novos mercados, como a china, proporcionando grandes estímulos às vendas externa.

5.2.3 Política de Comércio Exterior e transição econômica

O ano de 2004 foi marcado por uma significativa elevação do crescimento econômico, atingindo a maior taxa do primeiro mandato, 4,9%, sofrendo nos dois anos seguintes reduções de 2 a 3% a.a. O bom desempenho de 2004 é explicado pelo forte crescimento das exportações e seu efeito interno, pelo aumento do preço das commodities agropecuárias e de metálicos e pela elevação do consumo impulsionado pelo crédito. O preço dos produtos exportados elevou-se 10,7% em 2004, atingindo 18,3% nos produtos básicos, 14,5% nos semimanufaturados e 5,95% nos manufaturados.

A produção industrial nacional cresceu 8,3% em 2004, sendo a maior taxa de crescimento desde o Plano Cruzado em 1986. Este aumento alavancou o PIB, que cresceu 5,7%. Foi o maior crescimento desde 1994.

Depois de vários anos de estagnação, a economia mundial experimentou certo crescimento do PIB. Cresceu 2,5% em 2003 e 3,8% em 2004. Esse crescimento da economia contribuiu para fomentar o comércio internacional e, assim colaborou para impulsionar as exportações brasileiras.

A política exterior do governo Lula, procurou romper o alinhamento automático com os EUA, buscaram fortalecer a unidade da América do sul e também o aprofundamento as relações com China, Índia, Rússia, África do Sul e Oriente Médio. Além de um maior estreitamento de laços com vários países da União Européia. Essas mudanças foram decisivas no espetacular aumento das exportações brasileiras. (SOUZA, 2008).

O superávit da balança comercial atingiu US\$ 33,8 bilhões em 2004. As exportações totalizaram US\$ 96,6 bilhões e as importações US\$ 62,8 bilhões, expansão de 32% e 30% respectivamente. Vide tabela 6.

O crescimento da indústria combinado com a valorização cambial foi, em parte, responsável pelo crescimento de 30% das importações.

A elevação da taxa de juros, da carga tributária e do valor externo da moeda, como ocorreu a partir de setembro de 2004, haveria de ser fatal para o processo de reanimação econômica ocorrido naquele ano. Desde setembro de 2004, isto é, desde quando a taxa de juros do Banco Central retomou sua trajetória ascendente, a produção industrial começou a desacelerar. (SOUZA, 2008)

No mercado cambial, a tendência de contínua apreciação da moeda brasileira ante o dólar norte-americano se manteve desde meados de 2004. Em novembro de 2005, o dólar atingiu sua menor cotação no ano, R\$ 2,16/US\$. A moeda brasileira encerrou o ano cotado a R\$ 2,3407 por dólar. O desempenho favorável e simultâneo nas contas de transações correntes e financeira, traduzido em expressiva oferta de divisas no mercado cambial, contribuiu para 11,8% na taxa de câmbio assinalada no decorrer deste ano.

No ano de 2005, as autoridades monetárias do Brasil, apertaram a política monetária, isto é, forçou os juros reais para cima, como forma de enquadrar o PIB nos 3,5%. Só que não se esperava que com essa medida caísse para meros 3,2%.

Foi principalmente a produção industrial que empurrou para baixo o ritmo de expansão econômica em 2005. A desaceleração da economia só não foi maior por que o setor de duráveis manteve o forte ritmo de crescimento em média em 11,4%, alavancado, sobretudo, pela exportação de automóveis, que cresceram 21,9%.

O superávit da balança comercial alcançou US\$ 44,9 bilhões, com crescimento de 33% em relação ao ano anterior. As exportações totalizaram US\$ 118,5 bilhões, e as importações, US\$ 73,6 bilhões, representando expansão de 22,6% e 17,1% respectivamente em relação ao ano anterior. Vide tabela 6.

O fluxo do comércio atingiu US\$ 192,1 bilhões, com crescimento de 20,4% maior em relação a 2004, enquanto que o aumento do comércio mundial, estimado pelo FMI para 2005 atingiu 7%. O valor das exportações apresentou, pelo terceiro ano consecutivo, vigoroso crescimento econômico em todas as categorias de fator agregado.

Em 2005, os preços das exportações e das importações apresentaram alta ligeiramente superior à verificada em 2004 com taxas de variação muito próximas. Neste ano o preço das exportações elevou-se 12,2% ante ao ano anterior que foi de 10,7%. O preço das importações cresceu em 2005 11,1% ante ao ano anterior de 10,1%, sustentado pelo aumento dos combustíveis e de lubrificantes.

As exportações brasileiras de produtos básicos destinadas aos países da União Européia atingiram US\$ 12,6 bilhões, com acréscimo anual de 9,8%, representando 36,2% das exportações brasileiras da categoria e 47,4% do total exportado para aqueles países.

A trajetória das exportações e importações do país ocorreu mesmo no cenário de câmbio apreciado, recuperação da renda e do emprego e de crescimento industrial em alguns setores.

A partir do ano de 2005, a economia do país sente uma, ainda tímida, queda da taxa básica de juros. Essa taxa que era de 19,75% caiu sistematicamente até atingir 13,25% no final de 2006. Mas a taxa real de juros não declinou na mesma proporção, e seguiu ainda elevada. A inflação real caiu de 5,88% para 3,11% e a taxa anual de juros caiu de 12,15% para cerca de 10%. Em 2006, foi observada também a queda da cotação do dólar de 8,7% em relação a 2005.

A política de comércio exterior assistiu as mesmas linhas de atuação fixadas e orientadas desde 2003. Dessa forma, destacou-se a implementação de novas medidas relacionadas á Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que solidificaram novo ambiente institucional para a política industrial brasileira.

Na esfera normativa, foram implementadas modificações representativas na legislação cambial brasileira. O ajuste do setor externo favoreceu a flexibilização das normas cambiais, significando a diminuição dos custos das empresas exportadoras e ganhos de eficiência para a economia.

No ano de 2006, as exportações ainda superam as importações em valores, atingindo US\$ 137,8 bilhões e US\$ 91,3 bilhões respectivamente. Mas, observa-se neste ano um maior aumento das importações de 24% sobre 16,26% das exportações. O superávit comercial atingiu US\$ 46,45 bilhões, 3,1% superior a 2005. Vide tabela 6.

Sabe-se que o setor de bens de consumo duráveis que fora estimulado pelo desempenho do setor exportador brasileiro e a dependência de produtos estrangeiros como bens de capital e insumos industriais favoreceram a crescente demanda das importações.

O *quantum* importado de bens de capital aumentou 24% em 2006, conforme relatório anual do banco central de 2006, ante expansão de 0,8% nos preços, com destaque para compra de maquinaria industrial e máquinas e aparelhos de escritório e de serviço científico, itens favorecidos por incentivos tributários.

5.2.4 Efeitos da crise internacional de 2007 no saldo comercial brasileiro

O Presidente Lula convocou sua equipe econômica para elaborar um programa econômico com vistas a acelerar o crescimento, sendo lançado em janeiro de 2007, recebeu o nome de “Programa de Aceleração do Crescimento” ou simplesmente PAC. A introdução do programa incorpora diversas medidas com impactos diretos e indiretos sobre as exportações, com o intuito de aumentar a competitividade do país no mercado global. Em geral, o foco das medidas compreende desoneração fiscal para investimentos, especialmente em logística, como portos. Essa atuação no setor de infra-estrutura é essencial tanto para reduzir custos do setor exportador quanto para possibilitar a continuidade do processo de ampliação das quantidades exportadas e importadas pelo país.

Em 2007, as exportações mantiveram o mesmo nível de crescimento em relação ao ano anterior, as importações cresceram 32%, sendo 8% maior que 2006. As exportações atingiram US\$ 160,6 bilhões e as importações atingiram US\$ 120,6 bilhões. Vale observar que desde 2004 as exportações brasileiras apresentaram resultados positivos, mas com taxa decrescentes de crescimento, enquanto as importações, a partir de 2005, aumentaram mais consideravelmente e com taxas crescentes. Congrega-se a esta conjuntura a valorização cambial ocorrida em 2007 onde a moeda foi cotada a R\$ 1,77/ US\$. Mesmo com diversos fatores que contribuía para o crescimento das importações, a nova alta dos preços dos produtos básicos das exportações, fizeram com que em valores, as exportações superassem ainda as importações com um superávit comercial de US\$ 40 bilhões com redução de 13,8% em relação ao ano anterior. Vide tabela 6.

A crise internacional iniciou-se em 2007. A economia brasileira não sentiu seus efeitos no primeiro momento, comprovado pelo saldo comercial positivo. A crise financeira de 2007 afetou principalmente o mercado de crédito, do qual os importadores brasileiros fazem uso com constância na demanda dos bens importados.

No ano de 2008, as transações correntes, após apresentarem resultados superavitários por cinco anos consecutivos, voltaram a registrar déficits em 2008. Isso foi gerado devido ao maior nível de crescimento das importações desde meados de 2007.

Neste período em função da crise, grande parte dos países apresentou queda em suas taxas de crescimento econômico e o Brasil mesmo em menor proporção acompanhou a economia mundial acentuando a relação positiva entre as importações e a expansão econômica o país.

Grande foi o desafio em manter o superávit comercial no ano de 2008. O agravamento da crise financeira internacional, inaugurada nos EUA, implicou saídas líquidas no mercado cambial brasileiro e depreciação na taxa de câmbio. Diante desse cenário, o Banco Central passou a atuar no mercado de câmbio como fornecedor de liquidez em moeda estrangeira. A desaceleração da economia dos principais compradores do Brasil contribuiu para a diminuição do ritmo de expansão das exportações.

A balança comercial registrou superávit de US\$ 24,9 bilhões em 2008, mas 38,2% inferior ao ano anterior. As exportações atingiram US\$ 198 bilhões e as importações atingiram US\$ 173 bilhões, elevando a corrente de comércio em 32%. O crescimento das exportações foi 23,2% maior que o ano anterior e das importações foi de 43,4% em relação ao ano de 2007. As importações apresentaram uma variação maior quanto a mudanças no cenário econômico, devido a sua dependência do crédito internacional e as variações do câmbio. Vide tabela 6.

O ano de 2009 foi marcado por profundas incertezas quanto ao mercado mundial. Mas, mesmo assim, a balança comercial brasileira cresceu 2% em relação a 2008, atingindo um superávit comercial de US\$ 25,2 bilhões. As exportações e importações sofreram retração de 22,7% e 26,17% respectivamente. As exportações alcançaram US\$ 152,9 bilhões e as importações US\$ 127,7 bilhões. A corrente do comércio também se reduziu em 24,3%.

Do lado das exportações, existem dois fatores que afetam o seu resultado: o crescimento econômico de seus parceiros comerciais e a valorização cambial que afeta a variação nos preços dos produtos básicos. Quando acontece um crescimento econômico nos países que fazem parceria com o Brasil, há um aumento da demanda geral por produtos de exportação, logo aumentando as exportações brasileiras. Quando há a valorização cambial, há um aumento no preço relativo dos bens externos em termos dos bens internos. Os preços dos bens do parceiro comercial se tornam mais caros e os preços do Brasil mais vantajosos.

As importações também são afetadas pela valorização cambial, só que o efeito é o inverso das exportações e o crescimento econômico do país doméstico influencia positivamente elevando a demanda por produtos importados.

5.2.5 A superação da crise internacional

O ano de 2010 terminou com as exportações atingindo recorde histórico de US\$ 201,9 bilhões, superando o melhor resultado até então de US\$ 197,9 bilhões atingido em 2008. As compras externas também foram recordes, situando-se em US\$ 181,6 bilhões. Igualmente recorde foi a corrente de comércio (exportações + importações) de US\$ 383,5 bilhões. O saldo da balança comercial brasileira, contudo, teve queda de 20,1% ante 2009, e ficou em US\$ 20,2 bilhões.

Esse resultado nos revela que houve uma recuperação dos prejuízos causados pela crise financeira iniciada em 2008 (no Brasil). A corrente de comércio foi fortemente influenciada pelas importações, que obtiveram um crescimento de 42,2% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram, mais com níveis mais baixos em relação às importações, alcançando um crescimento de 32%.

Embora o saldo comercial de 2010 tenha caído, ainda assim poderá ser considerado admirável, já que as projeções indicavam valores mais baixos.

Segundo relatório anual do Banco Central de 2010, as vendas de produtos industrializados aumentaram 22,2% (semimanufaturados, 37,1%; e manufaturados, 17,7%), ao passo que as de produtos básicos cresceram 44,7%, sobretudo em função da elevação de preços e das vendas de minério de ferro, puxadas pela forte demanda chinesa, petróleo, café em grãos e carnes “in natura”. Já nos semimanufaturados os destaques foram: açúcar em bruto, celulose e produtos de ferro e aço. No grupo dos manufaturados sobressaem automóveis, açúcar refinado, autopeças e motores para veículos. Em 2010, as exportações brasileiras cresceram 32%. Mas, apenas três produtos responderam por 54% desse crescimento: minério de ferro, petróleo e açúcar (bruto e refinado). Esses produtos, que representavam 20,1% da pauta em 2009, passaram a responder por 28,3% das exportações brasileira em 2010. O valor das importações cresceu expressivos 42,2% no ano de 2010,

refletindo o aquecimento da economia doméstica e a maior competitividade dos produtos importados em face da apreciação do real.

Em termos de categoria de uso, o grupo que mais cresceu foi o de “combustíveis e lubrificantes” (51,4%), em virtude da elevação das cotações do petróleo; em seguida, a maior expansão foi de “bens de consumo” (45,9%), com destaque para as compras de automóveis com expansão de 56,2%. O grupo “matérias-primas e produtos intermediários” tiveram aumento de 40,4% e o grupo “bens de capital” registrou elevação de 38,1%.

A China firmou a condição de maior parceiro comercial do Brasil e passou a compor 14,7% da corrente de comércio do País com o mundo, deixando aos Estados Unidos, a segunda colocação, com participação de 12,2%. Em termos de mercado de destino, em 2010 15,0% dos embarques do Brasil seguiram para a China, com a expressiva taxa de expansão de 52,5% sobre o ano anterior. O segundo maior destino das exportações foram os EUA, com participação de 9,7%, mas com uma taxa de crescimento bem menor, de 25,0%. Diante da concentração do intercâmbio comercial brasileiro com a China, os chineses compram do Brasil basicamente commodities e vendem uma gama variada de produtos industrializados.

Pelo lado das importações brasileiras, os Estados Unidos permanecem com maiores fornecedores, respondendo por 15% e uma taxa de aumento de 36,0% em relação ao ano de 2009. Contudo, a China vem crescendo a um ritmo mais rápido (61,0%) e sua participação já alcança 14,1%, portanto, está muito próxima de ultrapassar os EUA.

5.2.6 Fatores que beneficiaram o crescimento das exportações na década de 2000

Observando o comportamento das exportações brasileiras por fator agregado, firmou-se o quadro de maior participação dos produtos básicos, deslocando os manufaturados para segundo plano, isso por conta da elevação dos preços das commodities, especialmente do minério de ferro que isoladamente contribuiu para um aumento de US\$ 15,4 bilhões nas vendas externas do País, ou 31% do aumento absoluto das exportações totais brasileiras em 2010. Já a perda de dinamismo das exportações de produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) está relacionada com o chamado custo Brasil (excesso de tributos e burocracia, insuficiência de infra-estrutura).

Segundo estudo feito pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), 2012, a forte valorização nas cotações das *commodities* teve início no ano 2000, perdendo força nos dois anos subsequentes devido aos impactos causados pela crise internacional que envolveu diferentes países, reiniciando em 2003 o processo de alta.

A elevação das quantidades exportadas de *commodities*, ao contrário das cotações, teve início em 2001 e manteve crescimento contínuo até o último ano em estudo, 2010, com discreta redução no *quantum* exportado de alguns produtos em 2008, por conta da crise internacional iniciada nos Estados Unidos.

Na última década, o Brasil não passou por nenhuma grande frustração de safra no agronegócio, decorrente de seca ou excesso de chuva. Este cenário favorável contribuiu para a elevação da produção e obtenção dos recordes nas quantidades exportadas. Considerando-se que as *commodities* são responsáveis por mais de 70% das receitas de exportação do Brasil, a conjugação de forte aumento de seus preços com significativa expansão das quantidades exportadas, como resultado natural, gera elevação dupla das receitas de exportação.

Como exemplos de maravilhosos crescimentos de receita no período 2010-2000 podem ser citados o petróleo com 13.572%, açúcar bruto com 1.417%, minério de ferro com 1.271%, carne de frango com 776%, açúcar refinado com 674%, carne bovina com 729%, soja com 646% e outros com elevados índices.

É concebido que as *commodities* foram responsáveis pelo rápido crescimento das receitas de exportação brasileiras, contribuindo definitivamente para quitar a dívida externa, eliminar a vulnerabilidade internacional e engordar as reservas cambiais.

Segundo relatório da AEB, 2012, no período entre 2001 e 2010, o superávit comercial acumulado pelo Brasil foi de aproximadamente US\$ 276 bilhões. A forte expansão acumulada no *quantum* das exportações de *commodities*, aliada à também expressiva valorização de suas cotações, são as razões que justificam o excelente desempenho numérico que a balança comercial obteve na década de 2000. Esta sólida conjugação de aumentos de preço e de quantidade faz com que a defasagem cambial gerada pela valorização do real seja absorvida e tenha reflexo apenas sobre a rentabilidade das exportações de *commodities*, sem afetar sua competitividade externa.

Situação oposta é observada na exportação de produtos manufaturados, cujos preços não apresentam elevação nos padrões explosivos das *commodities* e o aumento das quantidades exportadas, quando existe, situa-se dentro de parâmetros civilizados. Além disso, com os custos de produção aumentando em reais e a valorização da taxa de câmbio do real frente ao dólar, os produtos manufaturados são duplamente penalizados, e, a consequência natural é a redução, e até mesmo eliminação, da competitividade dos produtos manufaturados na exportação, cenário que tem sido observado nos recentes últimos anos.

Como informação complementar, as quatro commodities (minério de ferro, petróleo, soja em grão e açúcar bruto), foram responsáveis por 35% das exportações brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 foi marcada por uma mudança no “modelo” de crescimento da economia, onde a busca do desenvolvimento era via substituição de importações. Com a aceitação do pensamento liberal foi dado início ao processo de privatização e abertura econômica. A partir de 1990, o novo governo passou a dar outro rumo à política do comércio exterior do país, diminuindo tarifas de importação e eliminando barreiras não tarifárias, visando integrar cada vez mais o Brasil no mercado mundial.

A abertura comercial, já defendida pelos liberais, viabilizou uma modernização no parque industrial brasileiro, visto que, os bens importados necessários (bens de capital, maquinários, equipamentos, etc.) foram barateados, em função da ampliação do coeficiente de abertura iniciada nos anos 90, fazendo com que as importações de bens de capital aumentassem consideravelmente, beneficiando a atividade industrial do Brasil. Esse resultado foi de encontro às idéias defendidas por economistas estruturalistas, pois, para eles, a industrialização brasileira teria que passar pelo modelo de substituição de importações.

O regime de bandas cambiais foi implantado em 1990. Até o ano de 1994, o saldo comercial brasileiro provava de constantes superávits. Isso porque, as exportações cresceram mais que as importações por conta de ganhos de produtividade alimentados pela apreciação cambial.

O Brasil experimentou, a partir da implantação do Plano Real, déficits constantes no saldo comercial brasileiro em decorrência da valorização da moeda, pois as exportações ficaram mais caras e as importações se tornaram mais baratas. No primeiro ano do Plano Real, as importações cresceram mais de 70% em relação ao ano anterior e as exportações cresceram apenas 20%.

No ano de 1999, o regime adotado foi o sistema de câmbio flutuante. O Real foi desvalorizado com o objetivo de produzir superávits comerciais determinados pelo capital estrangeiro. A desvalorização da taxa de câmbio constituiu um braço forte para o ganho de produtividade das vendas externas. O sistema cambial foi adequado até o ano de 2006, mantendo a competitividade das exportações, sob o aspecto preço.

Em 2001, a balança comercial começou a responder positivamente ao saldo em transações correntes, através do ótimo desempenho exportador até 2005, incentivado por políticas de favorecimento às exportações.

A partir ano de 2006, percebe-se um maior crescimento das importações em relação às exportações, isso em razão do setor de bens de consumo durável ter sido estimulado pelo desempenho do setor exportador brasileiro e a dependência de produtos estrangeiros como bens de capital e insumos industriais favoreceram a crescente demanda das importações.

Em 2010, o comércio exterior brasileiro respondeu a uma maior demanda de produtos básicos, inclusive, tendo como maior parceiro comercial a China e em segundo lugar os EUA.

Observa-se a forte dependência das exportações brasileiras ao setor primário. Com efeito, mais de 70% das exportações brasileiras serem compostas por *commodities*, mercadorias que o Brasil não detém qualquer controle sobre suas cotações internacionais, e muito menos sobre as quantidades a serem exportadas. Face à subordinação das *commodities* descrita, projetar o futuro das exportações brasileiras não depende apenas da tomada de decisões internas, mas do comportamento do mercado e do cenário econômico externos, ambos os fatores fora de controle e influência do Brasil. Em contrapartida, fazer previsão das importações, compostas majoritariamente por produtos manufaturados, tem maior potencial de acerto, pois depende da demanda doméstica, disponibilidade de crédito interno e taxa de câmbio, em princípio, fatores decorrentes de ações governamentais. Assim, com a atual pauta de exportação sendo composta, em sua maioria, por *commodities*, o saldo da balança comercial também fica sujeito ao grau de flutuação das cotações das *commodities*.

Para garantir uma melhor competitividade do Brasil no mercado internacional é preciso que haja um maior investimento do governo brasileiro em infra-estrutura, tecnologia e capacidade intelectual, pois dessa forma, a indústria brasileira poderá baixar seus custos de produção e assim se fortalecer quanto à concorrência com empresas estrangeiras. Se o setor exportador brasileiro obtiver melhores condições em infra-estrutura e logística, o custo de exportação diminuirá e logo o país terá um aumento no crescimento das exportações e, conseqüentemente, a conquista de novos mercados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. **Radiografia do Comércio Exterior Brasileiro: Passado, presente e futuro**, 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>> Acesso em novembro de 2013.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na década de 90**. Disponível em: <<http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/...pt>>. Acesso em outubro de 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Vários acessos em 2013.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e os demais BRIC'S: Comércio e Política**. Brasília (DF), Cepal, 2010.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bndespar.gov.br>> Acesso em outubro de 2013.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório Anual do ano 2000 a 2010**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Vários acessos em 2013.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros de. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

IEDI- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 1999. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_comercio/>. Acesso em outubro de 2013.

LEITE, Antonio Dias. **A Economia Brasileira: De Onde viemos e Onde estamos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. **A Evolução do setor Externo Brasileiro nos Anos 90 e suas conseqüências**: Uma breve análise. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/fileadmin/FMJR/>>. Acesso em novembro de 2013.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em outubro de 2013

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Curitiba: Hemus, 2001. 515p. 2 v.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea: Da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro em 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.